CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Secretaria Nacional de Transparência e Acesso à Informação

Diretoria de Transparência e Governo Aberto

Coordenação-Geral de Promoção de Governo Aberto

Relatório de Análise do Progresso do 6º Plano de Governo Aberto

Open Government Partnership

2023/2027

Brasília/2025

CONTEÚDO

1. INTRODUÇÃO 3
2. METODOLOGIA 5
   2.1 Análise do Progresso 5
   2.2 Divulgação 6
   2.3 Revisão 7
   2.4 Feedback 9
   2.5 Entrega 9
3. ANÁLISE DO PROGRESSO DO PLANO 11
   3.1 Percentual de Execução 12
   3.2 Principais Resultados 13
   3.3 Participação dos Atores 17
   3.4 Lacunas, Gargalos e Desafios 21
4. ANÁLISE DO PROGRESSO POR COMPROMISSO 23
   4.1 Compromisso 1: Instrumentos para aprimorar transparência e participação social nas políticas públicas de infraestrutura 23
   4.2 Compromisso 2: Dados para o enfrentamento coletivo da corrupção 30
   4.3 Compromisso 3: Práticas colaborativas para a ciência e a tecnologia 35
   4.4 Compromisso 4: Cultura de acesso à informação 43
   4.5 Compromisso 5: Dados de ações afirmativas étnico-raciais 46
   4.6 Compromisso 6: Educação digital e midiática para pessoas idosas 55
   4.7 Compromisso 7: Melhores serviços para a agricultura familiar 60
   4.8 Compromisso 8: Participação social e educação popular nos territórios 65

1. INTRODUÇÃO

Este Relatório de Análise de Progresso do 6º Plano de Ação Nacional simboliza a realização de mais uma etapa no ciclo de envolvimento do Brasil na Parceria para Governo Aberto (OGP).

O 6º Plano de Ação é resultado de um esforço de cooperação e construção colaborativa entre órgãos governamentais e representantes da sociedade civil, que seguiu os padrões estabelecidos pela OGP, para promover práticas governamentais que sejam abertas e que respeitem os princípios de transparência, participação social e responsabilidade. Como resultado desse processo, foram acordados oito compromissos que fazem parte do Plano e que serão executados até julho de 2027.

Para os países que optam por um ciclo de quatro anos, como é o caso do Brasil, a realização de uma revisão obrigatória no segundo ano de execução é uma exigência que possibilita uma reflexão crítica sobre o progresso alcançado até o momento, além de garantir a eficácia e a relevância dos compromissos firmados no plano em um contexto em constante mudança.

Com base nessa revisão, os países têm a capacidade de atualizar, modificar ou incluir novos compromissos que respondam às realidades e necessidades atuais da sociedade, ao mesmo tempo em que fortalecem a implementação de compromissos já existentes. Todo esse processo é realizado com a participação da sociedade civil.

Os capítulos a seguir apresentam, além da metodologia do processo de revisão, uma análise da execução do 6º Plano de Ação Nacional, com foco no grau de progresso alcançado até o momento e nos desafios que possam ter impactado a implementação

dos compromissos estabelecidos. A apresentação deste material tem como objetivo facilitar a divulgação e o acompanhamento do Plano, estimular a participação da sociedade civil no monitoramento e no processo de revisão e oferecer subsídios para as etapas futuras desse processo.

2. METODOLOGIA

A metodologia de Revisão do Plano, elaborada com o apoio e a validação do Comitê Interministerial de Governo Aberto (CIGA) e do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil (GT) é composta por cinco fases descritas a seguir:



2.1 Análise do Progresso

Nesta fase, será determinado o grau de progresso alcançado até o momento, identificando tanto os avanços quanto as áreas em que não houve resultados satisfatórios. Além disso, a análise deve se concentrar na identificação de lacunas, desafios e gargalos que possam ter impedido a execução eficaz dos compromissos. É igualmente importante considerar as mudanças no ambiente contextual, como fatores sociais, econômicos ou políticos, que possam ter influenciado a implementação do plano.

A etapa de Análise do Progresso do plano de ação envolve atividades que visam garantir uma avaliação abrangente da implementação dos compromissos. Inicialmente, será elaborado um formulário eletrônico destinado à coleta de informações detalhadas sobre o status de cada compromisso. Em seguida, para sanar dúvidas e obter informações adicionais, podem ser realizadas entrevistas com os atores envolvidos nos

compromissos, proporcionando um espaço para discussões mais profundas sobre os desafios e sucessos enfrentados. Por fim, todas essas informações são consolidadas na elaboração deste Relatório, que sintetiza os dados coletados e oferece uma análise crítica do progresso alcançado, servindo como base para futuros debates e ajustes no plano de ação.

2.2 Divulgação

A fase de Divulgação é essencial para garantir a transparência e a participação da sociedade no processo de revisão do plano de ação. Após a análise do progresso, os resultados devem ser comunicados de forma clara e acessível ao público, permitindo que todos os interessados tenham a oportunidade de compreender os resultados da análise realizada e colaborar com sugestões sobre como melhorar a implementação do plano de ação.

A primeira etapa da fase de divulgação consiste na realização de um evento virtual para apresentar o Relatório de Análise do Progresso do 6º Plano de Ação. Durante esse evento, serão compartilhados com a sociedade civil os principais achados da análise, destacando os avanços e os desafios enfrentados na implementação dos compromissos. Além disso, o evento serve como uma oportunidade para engajar a sociedade, incentivando a sua participação ativa na consulta pública que se seguirá.

A consulta pública será realizada para coletar sugestões e contribuições da sociedade sobre a implementação do plano de ação. Os cidadãos serão convidados a compartilhar suas opiniões sobre como melhorar a execução dos compromissos existentes, sugerir

modificações nos marcos estabelecidos e propor novos marcos que possam contribuir para um progresso mais efetivo.

Após o término da consulta pública, será realizada a compilação das respostas para organizar e analisar as contribuições coletadas. As respostas serão categorizadas de maneira que as informações sejam apresentadas de forma clara e concisa, servindo como base para a próxima etapa do processo.

A última etapa da fase de divulgação é a divulgação do resultado da consulta pública, que tem como objetivo informar a sociedade sobre as contribuições recebidas e como elas serão utilizadas no processo de revisão do plano de ação.

2.3 Revisão

A etapa de Revisão é onde as sugestões coletadas durante a fase de divulgação são cuidadosamente consideradas e discutidas. Com base no feedback recebido e em um diálogo construtivo com as partes interessadas e especialistas, os atores do compromisso se reúnem para avaliar as propostas e determinar quais alterações são necessárias no plano de ação. Essa revisão pode envolver a modificação de compromissos existentes para torná-los mais eficazes ou a adição de novos compromissos que respondam às realidades emergentes e às necessidades identificadas. O objetivo é garantir que o plano de ação permaneça dinâmico e adaptável, refletindo as prioridades da sociedade e as condições contextuais em constante evolução. Essa abordagem colaborativa fortalece o compromisso do governo com a transparência e a responsabilidade.

A primeira atividade da etapa de revisão envolve a realização de oficinas de cocriação, que têm como objetivo reunir representantes do governo, partes interessadas e cidadãos para analisar as sugestões coletadas durante a consulta pública. Nesses encontros colaborativos, os participantes têm a oportunidade de fornecer feedback detalhado sobre cada sugestão, discutindo sua viabilidade e relevância para o plano de ação. Além disso, as oficinas permitem a modificação dos marcos dos compromissos existentes, bem como a adição de novos marcos que possam fortalecer a implementação das iniciativas. Durante essas discussões, são definidos também os atores responsáveis por cada compromisso e os prazos para sua realização, garantindo que todos os participantes estejam alinhados e comprometidos com os objetivos estabelecidos.

Após as oficinas de cocriação, a próxima atividade é a redação da atualização do 6º Plano de Ação. Este documento deve refletir de forma clara e detalhada todo o processo de atualização, incluindo as discussões realizadas nas oficinas e as sugestões que foram incorporadas. É essencial que a redação especifique todas as alterações e adições feitas aos compromissos, apresentando uma visão abrangente das novas diretrizes e objetivos estabelecidos para o período restante do plano. A atualização deve ser estruturada de maneira a facilitar a compreensão por parte de todos os interessados, garantindo que as informações sejam acessíveis e transparentes.

A última atividade da etapa de revisão é a deliberação e aprovação do CIGA e GT sobre a Atualização do 6º Plano de Ação. Neste momento, os membros do CIGA e GT irão avaliar se as sugestões e modificações foram adequadamente incorporadas e se o plano atende às expectativas e necessidades identificadas durante o processo de consulta e cocriação.

2.4 Feedback

Esta fase é essencial para concluir o ciclo de participação, assegurando que as opiniões das partes interessadas sejam ouvidas e levadas em consideração. A primeira etapa envolve a realização de uma consulta pública destinada a coletar sugestões e contribuições da sociedade acerca da Revisão do 6º Plano de Ação.

A etapa subsequente consiste na divulgação dos resultados da consulta pública, com o objetivo de informar a sociedade sobre as contribuições recebidas e como estas serão integradas ao documento final de Revisão do 6º Plano de Ação.

2.5 Entrega

A etapa de Entrega marca a conclusão do processo de revisão do plano de ação. A entrega do plano não é apenas uma formalidade, mas também um compromisso do governo com a transparência e a prestação de contas, demonstrando que as ações e compromissos assumidos estão sendo continuamente avaliados e ajustados para atender às necessidades da sociedade.

A primeira etapa envolve a deliberação e aprovação do CIGA e do Grupo de Trabalho, responsáveis pelo acompanhamento da execução do plano. Essa fase é essencial para garantir que todas as partes interessadas tenham a oportunidade de contribuir para as decisões finais.

Após a aprovação, o plano revisado será compartilhado com todos os atores envolvidos no processo de execução do plano.

A etapa seguinte consiste na divulgação do plano atualizado, que deve ser amplamente comunicado à sociedade, assegurando que as informações sejam acessíveis.

Por fim, o plano revisado será traduzido e enviado à OGP, reafirmando o compromisso do governo com a Parceria e promovendo o acompanhamento e a colaboração com os outros países membros.

3. ANÁLISE DO PROGRESSO DO PLANO

A etapa de Análise do Progresso foi iniciada no segundo semestre de 2025 e teve o objetivo de garantir uma avaliação abrangente da implementação dos compromissos.

Para isso, um formulário eletrônico foi criado para coletar informações detalhadas sobre o status de cada compromisso. Os principais objetivos do formulário incluíram a determinação do grau de progresso alcançado até o momento, a identificação de avanços e áreas com resultados insatisfatórios, a análise de lacunas, desafios e obstáculos que possam ter dificultado a execução eficaz dos compromissos, e a consideração de mudanças no contexto social, econômico ou político que possam ter influenciado a implementação do plano.

Esse formulário foi enviado a todos os envolvidos nos oito compromissos do 6º plano e esteve disponível para preenchimento entre 19 de agosto e 10 de outubro de 2025, resultando em 34 respostas: sete do compromisso 1, três do compromisso 2, dez do compromisso 3, duas do compromisso 4, três do compromisso 5, seis do compromisso 6, uma do compromisso 7 e duas do compromisso 8. Não foi necessário realizar entrevistas com os participantes do plano para sanar dúvidas e obter informações adicionais.

As informações coletadas foram consolidadas neste Relatório de Análise do Progresso do Plano, que sintetiza os dados obtidos e as informações geradas durante o monitoramento do plano, especialmente os Relatórios de Status de Execução (RSE) e as Reuniões de Monitoramento.

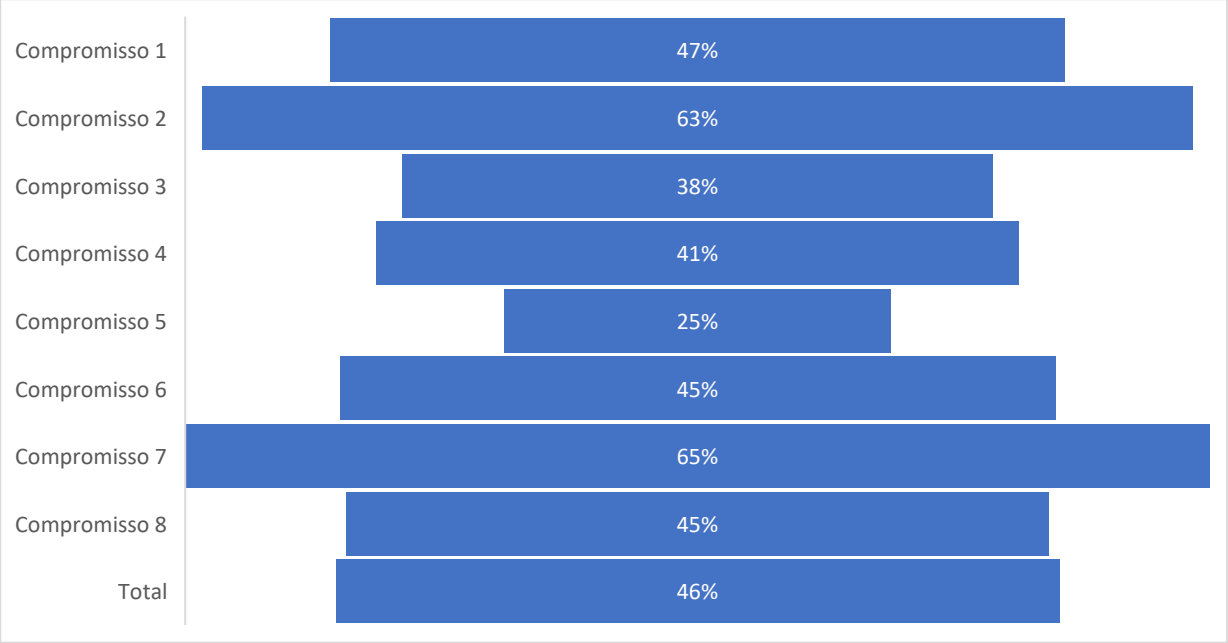
É importante mencionar que o 6º Plano de Ação está sendo monitorado conjuntamente pelo governo, representado pelo CIGA, e pela sociedade civil, representada pelo GT da Sociedade Civil. O processo prevê a realização de reuniões de monitoramento dos compromissos, bem como a elaboração trimestral de RSE. Essas e outras informações de execução dos compromissos são constantemente atualizadas e disponibilizadas no site de governo aberto: https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto.

O Relatório buscou determinar o progresso alcançado até o momento, identificando tanto os avanços quanto as áreas com resultados insatisfatórios. Além disso, a análise focou na identificação de lacunas, desafios e gargalos que podem ter impedido a execução eficaz dos compromissos, bem como nas mudanças no contexto que podem ter influenciado a implementação do plano. Esse relatório oferece uma análise do progresso alcançado e serve como base para futuros debates e ajustes no plano de ação. Em seguida, serão apresentados os principais achados resultantes dessa análise.

3.1 Percentual de Execução

A execução do 6° Plano de Ação até o momento é de 46% Esse valor foi calculado por meio dos percentuais de execução de cada marco dos compromissos, os quais foram indicados pelos coordenadores nos RSE, entregues até setembro de 2025. Destaca-se que não houve atribuição de peso diferenciado aos marcos, ainda que, eventualmente, as atividades descritas tenham complexidade diferente.

O percentual de execução do plano e dos compromissos podem ser conferidos abaixo:



3.2 Principais Resultados

Os resultados alcançados nos dois primeiros anos de execução do 6º Plano de Ação de Governo Aberto são fruto de um esforço conjunto e colaborativo entre o governo e a sociedade civil. A seguir, serão apresentados os principais resultados alcançados até o momento por cada um dos compromissos firmados no 6º Plano de Ação. Esses resultados são essenciais para compreender o progresso das iniciativas e o impacto que cada compromisso tem na promoção do governo aberto.

Como principal resultado obtido pelo compromisso 1, destacamos os avanços promovidos pelo Ministério dos Transportes na institucionalização de um processo de participação social no âmbito do Planejamento Integrado de Transportes (PIT) e do Plano Nacional de Logística 2050 (PNL 2050), incluindo as etapas decisórias previstas nesses instrumentos de longo prazo (insumos, diagnóstico, objetivos e cenário-meta). O Decreto nº 12.022/2024 institui que os referidos Planos serão construídos com

transparência e participação da sociedade civil (art. 16). Até o momento, foram realizados cinco eventos específicos (workshops e grupos focais) para dialogar sobre questões de sustentabilidade e sociobiodiversidade no âmbito de tais instrumentos. Houve, ainda, abertura de consultas públicas em diversas etapas para recolher contribuições da sociedade civil, setor produtivo e academia. Tais iniciativas têm servido de benchmarking para ampliação da participação social nas demais áreas de governo relacionadas com a pauta da infraestrutura.

Já o compromisso 2 realizou a identificação de 36 conjuntos de dados vinculados a diversas temáticas anticorrupção, como responsabilização de pessoas físicas e jurídicas, emendas parlamentares, renúncias fiscais, ilícitos ambientais, acordos de leniência e processos judiciais. Tal identificação decorreu de levantamento de necessidades junto à sociedade. Adicionalmente, foram realizados diagnósticos relacionados a grande parte desses dados, visando mapear aspectos de qualidade, bem como eventual necessidade de abertura de dados ainda não publicados. Como resultado preliminar, muitos conjuntos de dados já publicados foram atualizados e dois novos conjuntos de dados foram abertos, relacionados, especificamente, a histórico de responsabilização de pessoas físicas e jurídicas no Poder Executivo Federal e a valores pagos no âmbito de acordos de leniência firmados pela CGU.

O compromisso 3 teve como principal resultado obtido, até o presente, a inclusão da pauta de colaboração, transparência e reprodutibilidade da ciência, no Livro Violeta - "CT&I para um Brasil justo, sustentável e desenvolvido", publicação que servirá de inspiração e base para a formulação de políticas públicas norteadoras da ação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e na formulação da Estratégia

Nacional de Ciência e Tecnologia (ENCTI). Este resultado é fruto da participação de todos os membros do compromisso 3 e serve como exemplo da importância da atuação conjunta e coordenada de todas as instituições envolvidas no compromisso, sendo pilar para a revisão dos marcos propostos, com o objetivo de alcançar resultados estruturantes e efetivos na busca de uma Ciência Aberta.

No compromisso 4, foi estruturada a Rede Nacional de Transparência e Acesso à Informação (RedeLAI), contendo a participação da sociedade civil nas instâncias de governança da Rede. O trabalho em rede viabilizou o avanço em outros marcos, como a realização de uma campanha sobre acesso à informação nas redes sociais dos membros da Rede. Também foram compartilhados entendimentos em acesso à informação produzidos pela Controladoria-Geral da União

O compromisso 5 avançou na revisão de seus marcos e na ampliação das articulações interinstitucionais voltadas à implementação do modelo de referência para dados de ações afirmativas étnico-raciais. Entre os destaques, a parceria com o Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (GEMAA) e Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) resultou no Guia Prático das Políticas para Ingresso e Permanência no Ensino Superior, e o diálogo com o Instituto Geledés e o Instituto Alana vem orientando a cooperação para o fortalecimento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) e a elaboração de Planos Municipais de Primeira Infância sob perspectiva antirracista, com base em indicadores desagregados por raça e idade.

Em relação ao 6º compromisso, até o momento foi criado um Repositório de Educação Digital e Midiática para Pessoas Idosas no site da Secretaria de Comunicação da

Presidência. O repositório disponibiliza materiais de forma livre e gratuita, visando contribuir na educação midiática e digital da pessoa idosa, podendo ser utilizados por coletivos, indivíduos e educadores como parte do fortalecimento da educação digital das pessoas idosas no Brasil. Este repositório está em atualização constante a fim de agregar novos materiais. Além disso, o documento final da proposta de Referencial Curricular para a Educação Digital e Midiática da Pessoa Idosa está em fase final de validação, antes de ser enviado para a consulta pública.

Em relação aos avanços na execução do compromisso 7, destaca-se o lançamento do CAF 3.0, sistema do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, que trouxe diversas melhorias para o cidadão, entre elas, a simplificação da emissão e atualização do cadastro, tornando o processo mais ágil e seguro para os agricultores e emissores; identificação dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs); marcação de produtos agroecológicos; integração com outras bases de dados; ampliação do prazo de validade de 2 anos para 3 anos e, para a região Norte, 5 anos, entre outas. Destaca-se também o processo de aprimoramento da Carta de Serviços do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), disponível no portal gov.br (https://www.gov.br/pt-br/orgaos/ministerio-do-desenvolvimento-agrario-e-agricultura-familiar), com atualização de informações e adequação dos textos para uma linguagem simples, mais compreensível ao maior número possível de pessoas.

Até o momento, o compromisso 8 conseguiu concluir seus marcos de mapeamento de iniciativas governamentais de formação e ação territorial, e de movimentos, organizações e entidades que atuam na promoção da educação popular e da defesa e garantia de direitos. Isso já permitiu articulações como a composição dos Fóruns de

Participação Social, instituídos pela Portaria SG/PR Nº 188/2024, presentes nos 27 estados da federação e contemplados no Programa de Articulação da Participação Social nos Estados, Distrito Federal e nos Territórios, instituído pela Portaria SG/PR Nº 193/2025.

A partir de suas reuniões, os fóruns contribuíram para um grande conjunto de iniciativas, como a elaboração do Documento de Referência da Extensão em Participação Social. Fruto deste processo, e da parceria entre a Secretaria-Geral da Presidência da República, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, foi lançado edital para contemplar projetos de Extensão e Pesquisa Universitária e Participação Social, com participação dos movimentos sociais nos territórios priorizados pelos Fóruns.

Por meio de um ACT com o Consórcio Nordeste, o programa também se articula com o Programa PAS Nordeste, ampliando os territórios de alcance do edital. No total, serão mais de 100 territórios nacionais a serem alcançados pelo programa, cuja divulgação dos contemplados está prevista para 5 de dezembro.

Além disso, as articulações permitiram a realização de Encontros Regionais de Participação Social com Educação Popular nos Territórios, que, entre outras contribuições, já colaboraram para a elaboração do Marco de Referência da Educação Popular nas Políticas Públicas.

3.3 Participação dos Atores

O 6° Plano de Ação Nacional está sendo desenvolvido a partir de uma abordagem colaborativa que valoriza a participação de diferentes atores, promovendo um modelo

compartilhado de execução entre governo e sociedade civil. A atuação conjunta e o diálogo permanente entre os diversos órgãos governamentais e as entidades da sociedade civil têm se mostrado fundamentais para o avanço dos compromissos firmados.

Nesse processo, merece destaque o papel dos coordenadores de compromisso, que exercem função estratégica na condução das atividades e no engajamento dos atores responsáveis pela execução de cada um dos marcos dos compromissos. No entanto, esses coordenadores têm enfrentado obstáculos significativos que afetam o ritmo e a continuidade das ações. Entre os principais desafios estão as equipes reduzidas, que limitam a capacidade de acompanhamento das metas; a troca frequente de servidores, que impacta a memória institucional e exige constante readaptação; e, em alguns casos, a substituição da coordenação, o que pode gerar descontinuidade no processo de implementação.

Nos primeiros dois anos de execução do plano, os compromissos 2, 3, 4, 5 e 7 passaram por alterações no representante do órgão coordenador, situação que demanda atenção especial. Essas mudanças podem ocasionar atrasos nas atividades planejadas, uma vez que a transição entre coordenadores tende a provocar interrupções temporárias e ajustes no cronograma geral dos compromissos.

Sobre a participação dos atores, destaca-se ainda que os envolvidos na execução dos compromissos do Plano de Ação, além de participarem de encontros e atividades voltadas para a execução das ações acordadas, são convidados a integrar as reuniões de monitoramento trimestrais, cujo objetivo principal é avaliar os avanços alcançados em cada marco do compromisso e definir encaminhamentos para as etapas seguintes.

Esses encontros são coordenados pela CGU, que, além de prestar apoio logístico à realização das reuniões, é responsável por garantir a transparência das discussões e dos resultados referentes à execução dos compromissos, disponibilizando essas informações no site de Governo Aberto da CGU.

Desde o início da execução do plano até outubro de 2025, foram realizadas 54 reuniões de monitoramento — sete para cada compromisso firmado, com exceção do Compromisso 4, que não contou com os dois últimos encontros em razão de mudanças em sua coordenação. Esses espaços de acompanhamento têm se mostrado fundamentais para fortalecer o diálogo entre os atores e avaliar os avanços alcançados em cada marco dos compromissos.

A seguir, será apresentada uma tabela da participação dos órgãos de governo e das entidades da sociedade civil nas sete reuniões de monitoramento dos compromissos.

Nº do compromisso	1ª Reunião		2ª Reunião		3ª Reunião		4ª Reunião		5ª Reunião		6ª Reunião		7ª Reunião	
	% de órgãos de governo	% de entidades da sociedade civil	% de órgãos de governo	% de entidades da sociedade civil	% de órgãos de governo	% de entidades da sociedade civil	% de órgãos de governo	% de entidades da sociedade civil	% de órgãos de governo	% de entidades da sociedade civil	% de órgãos de governo	% de entidades da sociedade civil	% de órgãos de governo	% de entidades da sociedade civil
1	78	57	78	57	56	57	56	57	67	43	78	86	56	71
2	100	60	75	40	100	60	50	40	25	20	100	20	100	40
3	89	44	89	56	67	56	67	33	89	78	78	56	78	33
4	75	67	75	17	75	17	50	33	75	17	NA	NA	NA	NA
5	67	50	83	67	50	33	50	33	50	33	50	50	30	17
6	50	22	67	33	67	22	67	11	50	44	50	33	50	11
7	80	43	60	29	20	43	60	29	60	29	40	43	40	14
8	60	13	80	25	60	38	80	0	60	13	100	13	60	0

Os dados demonstram, em termos percentuais, a presença dos órgãos e entidades que estavam inicialmente responsáveis pela execução e acompanhamento das ações estabelecidas, permitindo visualizar o nível de engajamento e continuidade da participação de ambos os grupos ao longo do processo. Essa representação busca

evidenciar tendências de envolvimento, variações entre compromissos e possíveis assimetrias entre a atuação governamental e a da sociedade civil na execução das ações do plano.

A análise dos dados evidencia uma tendência de predominância dos órgãos de governo em relação às entidades da sociedade civil. Embora ambos os grupos apresentem oscilações entre as sete reuniões realizadas, observa-se que a presença governamental foi mais constante e numericamente superior na maioria dos compromissos.

No que se refere à participação da sociedade civil, percebe-se uma variação significativa entre os compromissos e ao longo do tempo. Embora algumas organizações tenham mantido atuação constante e propositiva, observou-se redução gradual da participação em determinados compromissos, chegando, em alguns casos, à ausência completa de representação civil em reuniões específicas. Essa dinâmica pode estar relacionada a fatores como sobrecarga de trabalho das organizações, mudanças de representação, limitação de recursos e desafios na comunicação e coordenação interinstitucional.

Ao analisar esses números, porém, é importante considerar que as reuniões de monitoramento representam apenas uma das oportunidades de participação dos órgãos e entidades. Há diversas outras formas de engajamento, como grupos de mensagens instantâneas e reuniões de execução, que não são contabilizadas nesta análise, uma vez que não fazem parte do processo formal de monitoramento.

3.4 Lacunas, Gargalos e Desafios

A implementação do 6º Plano de Ação envolve uma série de desafios, lacunas e gargalos que podem impactar o ritmo, a qualidade e a sustentabilidade das ações previstas. Esses desafios decorrem tanto de fatores internos aos órgãos e entidades quanto das dinâmicas de participação e colaboração entre governo e sociedade civil.

Entre os desafios internos, destaca-se a rotatividade frequente das equipes, que compromete a continuidade e a memória institucional das iniciativas. Soma-se a isso as alterações de prioridades institucionais e a limitação de recursos humanos e financeiros.

No campo da participação, percebe-se a diminuição da participação dos atores tanto do governo quanto da sociedade civil na execução das ações e nas reuniões de monitoramento dos compromissos, provocando dificuldade na execução dos compromissos de forma colaborativa, uma vez que os marcos dependem de ações coordenadas entre diferentes órgãos de governo e de atores sociais. A baixa integração entre órgãos e entidades, resulta em esforços individuais e fragmentados.

Além disso, alguns órgãos e entidades que se comprometeram com a execução das ações durante a fase de construção do plano, têm apresentado participação limitada ou inexistente. Esse afastamento compromete a efetividade das ações e dificulta a realização de atividades previstas.

Outro desafio enfrentado é a dificuldade de mensurar as metas e indicadores definidos em alguns compromissos, o que limita a capacidade de avaliar o progresso e comunicar resultados de forma transparente.

Do ponto de vista político, as restrições impostas pelo período eleitoral de 2026 podem impactar significativamente a execução das ações do plano de ação, uma vez que, durante esse período, há limitações quanto à promoção de eventos, campanhas e iniciativas voltadas à participação social e à transparência.

Por fim, há desafios relacionados à sustentabilidade e continuidade das ações. Muitos compromissos dependem fortemente da atuação de pessoas ou grupos específicos, o que torna sua manutenção vulnerável a mudanças de gestão.

4. ANÁLISE DO PROGRESSO POR COMPROMISSO

4.1 Compromisso 1: Instrumentos para aprimorar transparência e participação social nas políticas públicas de infraestrutura

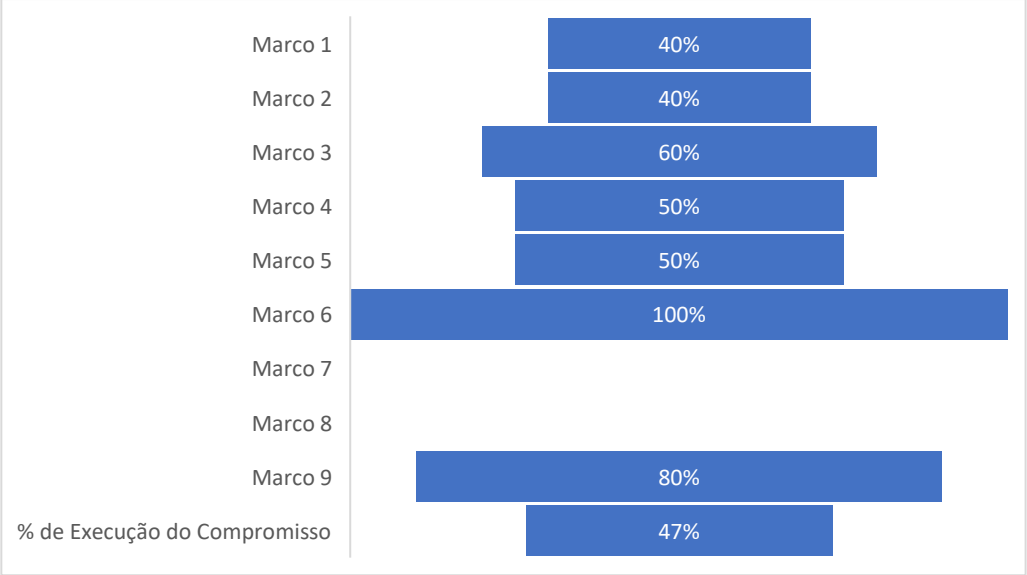
BREVE DESCRIÇÃO
Criar ou aperfeiçoar, bem como disseminar instrumentos que viabilizem a transparência, o engajamento, a participação e o controle social efetivos e qualificados nas fases do ciclo de políticas públicas de infraestrutura: hierarquização de problemas, análises de soluções alternativas, detalhamento e execução de planos e projetos.
COORDENADOR
Controladoria-Geral da União (CGU)

RESPONSÁVEIS	
Governo	**Sociedade Civil**
• Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT • Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA • Ministério das Minas e Energia – MME • Ministério do Meio Ambiente - MMA • Ministério dos Transportes – MT • Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI • Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO • Secretaria-Geral da Presidência da República - SG-PR	• GT Infraestrutura8 • Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP • Infrastructure Transparency Initiative (CoST)• Instituto de Energia e Meio Ambiente – IEMA • Instituto Socioambiental – ISA • Transparência Internacional Brasil – TI Brasil

MARCOS
Marco 1 – Mapeamento de boas práticas e oportunidades de transparência, participação e controle social no processo decisório do planejamento, da execução e do monitoramento de investimentos de infraestrutura **Marco 2** – Proposição de alterações normativas que indiquem, para cada setor relevante, as fases em que a participação social é importante e necessária, mas ainda não prevista ou insuficiente **Marco 3** – Aperfeiçoar o "Obrasgov.br" de modo que contemple, de forma atualizada, todos os projetos de infraestrutura federais e as respectivas informações de seleção, planejamento, execução e monitoramento **Marco 4** – Realizar ações de mobilização e capacitação para assegurar que o "Obrasgov.br" seja devidamente preenchido e atualizado **Marco 5** – Criação de espaço de diálogo permanente entre governo e sociedade sobre a agenda de aperfeiçoamento de planos e projetos de investimento em infraestrutura

Marco 6 – Apresentação de proposta de aperfeiçoamento da transparência e controle social dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC para o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento – CGPAC
Marco 7 – Dialogar e sensibilizar gestores públicos acerca de linguagem cidadã, transparência e participação em obras de infraestrutura
Marco 8 – Desenvolver iniciativas para formação e engajamento para transparência e participação social
Marco 9 – Levantamento de recomendações e boas práticas de transparência de infraestrutura, contemplando diretrizes, bases de dados e categorias de informações, e realização de diagnóstico do estado atual da transparência da infraestrutura no governo federal

STATUS DE EXECUÇÃO



O Compromisso 1 apresenta, atualmente, um nível geral de execução de 47%, com variações significativas entre os marcos que o compõem.

Os marcos 1 e 2 estão 40% concluídos, com prazo previsto para julho de 2026, apresentando dilação devido à necessidade de maior interlocução entre os atores e à complexidade de proposição de alterações normativas para diversos setores da área de infraestrutura, o que demanda tempo para discussão e consolidação das propostas.

O marco 3 encontra-se 60% concluído, com prazo de junho de 2026, e seu andamento depende do aumento do prazo final para a conclusão das atividades previstas no plano de trabalho pactuado, além do contato esparso entre os envolvidos, que tem atrasado o acompanhamento das melhorias implementadas e a proposição de novos itens.

O marco 4 registra 50% de execução, com conclusão prevista para junho de 2027, assim como o marco 5, que também apresenta 50% de execução, com avanços

limitados pela necessidade de estruturação institucional do espaço de diálogo e articulação entre os atores envolvidos.

O marco 6 foi concluído, porém a Casa Civil ainda não apresentou resposta formal ao diagnóstico publicado, o que, segundo foi apontado, restringe a efetividade prática das recomendações.

Os marcos 7 e 8 ainda não registram execução, permanecendo com 0%, ambos com prazo até junho de 2027.

O marco 9 apresenta 80% de execução, com previsão de conclusão em fevereiro de 2026, refletindo avanços importantes na elaboração do diagnóstico e da proposta normativa.

SUCESSOS ALCANÇADOS

O Compromisso 1 tem avançado de forma consistente na criação de instrumentos e estratégias que fortalecem a transparência, o engajamento e a participação social em políticas públicas de infraestrutura.

Um dos principais êxitos foi a consolidação de um ambiente colaborativo de trabalho entre ministérios e com a sociedade civil. Essa colaboração proporcionou a troca contínua de informações, bem como a articulação de iniciativas conjuntas, promovendo avanços significativos na governança e na transparência do setor.

No âmbito dos marcos 1 e 2, destaca-se como resultado relevante a realização de cinco eventos específicos de diálogo e troca sobre transparência e participação em infraestrutura de transportes, especialmente no contexto da elaboração do Plano Nacional de Logística (PNL) 2050. Entre eles, o seminário *Planejamento Estratégico no Setor de Transportes: Caminhos para a Sustentabilidade com Transparência e Participação Social* (ver relatório), realizado em setembro de 2024, responsável por mobilizar a sociedade civil, academia e governo, permitindo debates aprofundados sobre participação social, indicadores climáticos e socioambientais, além de metodologias para integração de aspectos socioambientais e econômicos na seleção de corredores logísticos. Complementarmente, a elaboração do documento "Propostas de Transparência e Participação Pública no PNL 2050" proporcionou instrumentos concretos para institucionalizar a participação social no planejamento logístico.

Ainda sobre os marcos 1 e 2, houve avanço importante com a integração do MMA e de áreas do setor de transportes no processo de revisão do PNL 2050, permitindo a ampliação de oportunidades de interação e contribuição da sociedade.

Em relação ao Obrasgov.br, o compromisso avançou significativamente a partir de iniciativas nos marcos 3, 4 e 6. Sob a liderança do MGI, foram identificadas 26 propostas de melhoria, sendo 14 já implementadas na plataforma, incluindo melhorias na navegabilidade, inclusão de campos para informações de contratos e licenciamento ambiental, integração com o Transferegov.br e aprimoramento de filtros de pesquisa. O marco 4 consolidou o uso do Obrasgov.br em estratégias nacionais,

como a Estratégia BIM BR, ao fomentar a adesão e articulação com estados e municípios. Já o marco 6 resultou na elaboração e publicação de nota técnica sobre transparência e participação social do Novo PAC, com recomendações discutidas com a sociedade civil e publicadas em transparência, reforçando a visibilidade do compromisso.

O marco 9 apresentou avanço significativo, com a elaboração de diagnóstico, levantamento de boas práticas nacionais e internacionais, e proposição de conjunto de recomendações e normativa para regulamentação da transparência em obras de infraestrutura no governo federal.

O compromisso também obteve reconhecimento internacional, tendo sido incluído no Desafio OGP, com publicação de história oficial e recebimento de menção honrosa na Cúpula Global da OGP – 2025, evidenciando a relevância e inovação das ações para o fortalecimento da transparência e participação social nas políticas deem infraestrutura.

PRINCIPAIS DESAFIOS

O Compromisso 1 enfrenta desafios relevantes que impactam a implementação plena de suas ações.

Um ponto central apontado pelos participantes é a ausência de engajamento da Casa Civil, órgão estratégico para a coordenação e integração das políticas setoriais da área, em especial nos marcos 5 e 6. A falta de interlocução efetiva com o nível gerencial-decisório da Casa Civil limita a possibilidade de institucionalização das recomendações e compromete a ampliação do impacto de eventuais aprimoramentos do Novo PAC.

Outro desafio crítico é a insuficiência de ações voltadas à institucionalização das transformações em transparência e participação social. Até o momento, os avanços concentram-se principalmente nas melhorias da plataforma Obrasgov.br (marco 3), sem que haja progressos significativos na disponibilização de novos dados, documentos e informações sobre infraestrutura federal de forma sistemática e estruturante.

A participação limitada de ministérios setoriais constitui outro obstáculo. A falta de alinhamento e valorização do Plano de Governo Aberto por outros órgãos compromete a transversalidade das ações.

Especificamente por marco:

- Marco 1: o mapeamento de boas práticas e oportunidades de transparência enfrenta dificuldades de força de trabalho e priorização. Embora o engajamento no PNL 2050, do Ministério dos Transportes, represente um resultado prático, o mapeamento em si não avançou de forma satisfatória, dificultando que o marco 9 utilize essas informações como base para proposição de normativo de transparência.

- Marco 2: a proposição de alterações normativas para cada setor relevante é complexa e demanda tempo, além de depender de maior engajamento da participação de órgãos e entidades da área ambiental (MMA e IBAMA).
- Marco 3: a execução enfrenta limitações no acompanhamento em tempo real dos projetos e na integração de novas bases de dados ao Obrasgov.br, inclusive sobre obras financiadas pelo investimento privado, restringindo o impacto do aperfeiçoamento do sistema.
- Marco 5: a criação de um espaço institucionalizado de diálogo enfrenta desafios estruturais, uma vez que o MGI não possui competência transversal sobre a agenda de Governo Aberto.
- Marco 6: a falta de comunicação direta com a Casa Civil compromete a implementação das recomendações da nota técnica sobre o Novo PAC. O estabelecimento de canal efetivo tem potencial de transformar as proposições em ações concretas.
- Marco 9: a participação limitada de órgãos federais no levantamento de informações e a comunicação restrita com entidades que não integram o compromisso dificultam a consolidação de um diagnóstico abrangente e a proposição de normativo de transparência com alcance federal.

Além dos desafios por marco, existem obstáculos transversais, como a necessidade de superar a percepção limitada sobre o Plano de Governo Aberto em alguns órgãos, o engajamento restrito de atores chave e a implementação completa de todas as ações planejadas, incluindo a abertura de dados, institucionalização de processos e engajamento consistente da sociedade civil.

MUDANÇAS NO AMBIENTE CONTEXTUAL

Fatores Sociais:

A crescente mobilização engajamento de movimentos sociais nos territórios amazônicos sobre o Plano Nacional de Logística (PNL) 2050, tem contribuído significativamente para a qualidade do processo de planejamento.

Além disso, a mobilização da sociedade civil em torno do projeto de lei sobre licenciamento ambiental, convertido com vetos, pode impactar o desenvolvimento das ações do compromisso.

Fatores Econômicos:

O agravamento da crise orçamentária tem limitado a disponibilidade de recursos para investimentos públicos em infraestrutura. Fatores como a implementação do chamado “Orçamento Secreto” e a utilização de emendas individuais do tipo transferências especiais, ou “Emendas PIX” contribuem para a redução do espaço fiscal destinado a investimentos em infraestrutura, ao mesmo tempo em que aumentam a demanda de agentes privados, que podem enviesar a definição de prioridades, com a tendência de distanciar as decisões do interesse público.

Fatores Políticos:
Entre os principais fatores apontados no levantamento, destacam-se os retrocessos legislativos, como o caso do PL 2.159 sobre licenciamento ambiental, que culminou na edição da Medida Provisória nº 1308/2025, criando a figura da Licença Ambiental Especial (LAE) para projetos considerados estratégicos.

Outro desafio relevante, apontado por participantes, foi a opção por prosseguir com grandes projetos de infraestrutura de alto risco socioambiental, sem planejamento transparente e participação social adequada. Exemplos recentes incluem a Ferrogrão (EF-170) e as obras de derrocamento e dragagem no Rio Tocantins, realizadas de maneira desarticulada em relação ao PNL 2050, ao PPCDAm e ao Plano Clima, contrariando os esforços do Compromisso 1 de aprimorar o planejamento setorial de transportes.

No setor de energia, a falta de participação efetiva na construção do Plano Nacional de Transição Energética (PLANTE), instituído em agosto de 2024, compromete a qualidade do plano e a efetividade do Fórum Nacional de Transição Energética (FONTE).

SUGESTÕES DE ALTERAÇÕES

Os participantes do Compromisso 1 propuseram uma série de alterações estratégicas visando potencializar os resultados, ampliar a perenidade das ações e fortalecer a integração entre os marcos. Entre as principais recomendações, destacam-se:

1. Integração entre marcos e foco na implementação
    - Maior diálogo e articulação entre os diferentes marcos, para potencializar as ações realizadas e garantir que os resultados se consolidem de forma estruturante.
    - Ênfase na implementação efetiva e institucionalização das mudanças propostas, garantindo que as ações de transparência e participação social em infraestrutura se mantenham além da vigência do 6º Plano de Ação.
2. Integração com o Plano de Integridade e Combate à Corrupção
    - Fortalecimento de iniciativas relacionadas, como a expansão do Obrasgov.br para estados e municípios, acompanhamento estratégico do Novo PAC, melhoria da qualidade de dados sobre contratação pública, transparência em recursos e pagamentos públicos em obras federais, aprimoramento normativo da LAI e fomento ao controle social e fiscalização cidadã.
3. Propostas de novos marcos
    - Criação de um marco específico para a proposta normativa da LAI, incorporando dispositivos gerais de transparência em infraestrutura (ligado ao marco 9).
    - Desenvolvimento de ações de controle social, incluindo auditorias cidadãs sobre investimentos e planos de infraestrutura federal.

- Acompanhamento e contribuições aos planos de integridade e dados abertos de órgãos e entidades federais, reforçando mecanismos de integridade e abertura de dados-chave.

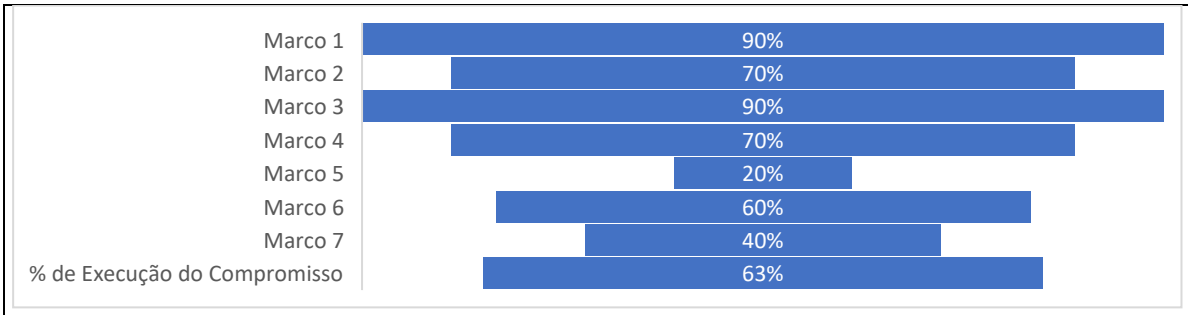
4. Inclusão da política energética
   - Ampliação do escopo do Compromisso 1 para a política energética, com foco em transparência e participação social no PLANTE (Plano Nacional de Transição Energética), alinhando-se às demandas identificadas por redes e organizações da sociedade civil.
   - A experiência positiva do Ministério de Transportes no PNL 2050, que incorporou mecanismos de participação, além de consultas públicas, e realizou eventos colaborativos com a sociedade civil, deve servir de referência para que o MME e o MPOR promovam maior interação e engajamento social.
5. Sugestões específicas por marco
   - Marco 1: maior articulação com os marcos 2, 5, 6, 8 e 9 para integração de ações e resultados.
   - Marco 2: articulação com os marcos 5 e 9, visando alinhamento e consistência normativa.
   - Marco 3: estabelecimento de cronograma anual de reuniões periódicas, acompanhamento das melhorias já realizadas e proposição contínua de novas melhorias; expansão do prazo de execução até o final de 2027, garantindo a continuidade da evolução do Obrasgov.br e abertura de novas bases de dados.
   - Marco 5: institucionalização do espaço de diálogo social em infraestrutura, com liderança sugerida à CGU, engajamento da SEPPI da Casa Civil e suporte do CoST na governança do espaço.
   - Marco 6: inclusão de ações de incidência e diálogo junto ao CGPAC e Casa Civil para implementação das recomendações da Nota Técnica, ampliando o prazo de execução e garantindo avanços concretos no Portal da Transparência.
   - Marco 8: ampliação do objetivo para articular atores governamentais relevantes ainda não envolvidos, promover eventos entre sociedade civil e governo e fortalecer pautas ambientais nos planejamentos setoriais, envolvendo MME, MPOR e MMA.
   - Marco 9: extensão do prazo até fevereiro de 2026 para finalização dos trabalhos, incorporando normativo e ações de incidência e diálogo para implementação das recomendações do relatório.

4.2 Compromisso 2: Dados para o enfrentamento coletivo da corrupção

BREVE DESCRIÇÃO
Identificar e promover a abertura, o uso e a melhoria de qualidade de dados estratégicos para prevenção, detecção e combate à corrupção, com a participação da sociedade.
COORDENADOR
Controladoria-Geral da União (CGU)
RESPONSÁVEIS

Governo	**Sociedade Civil**
• Advocacia-Geral da União (AGU) • Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) • Ministério de Gestão e Inovação em Serviços (MGI)	• Instituto Brasileiro de Certificação e Monitoramento (IBRACEM) • Instituto Ethos • Pacto Global • Transparência Brasil • Transparência Internacional Brasil (TI Brasil)

MARCOS
Marco 1 – Mapear demandas: 1) Identificar atores relevantes / interessados da sociedade/ do governo e seus papéis; 2) Levantar perguntas que atores querem responder; 3) Priorizar perguntas; 4) Identificar dados e informações existentes e necessários (para responder as perguntas priorizadas) **Marco 2** – Catalogação de dados estratégicos para o enfrentamento da corrupção **Marco 3** – Realizar e divulgar diagnósticos periódicos da qualidade dos dados mapeados e priorizados como estratégicos que estejam disponíveis **Marco 4** – Plano de abertura e melhoria de dados estratégicos do governo federal para o enfrentamento da corrupção **Marco 5** – Programa de divulgação, capacitação e sensibilização da sociedade e do setor privado quanto aos dados estratégicos **Marco 6** – Programa de capacitação e sensibilização dos gestores da administração pública para a gestão de dados **Marco 7** – Ação de incentivo ao cadastramento de reúso dos dados
STATUS DE EXECUÇÃO



O Compromisso 2 encontra-se em execução, com todos os seus sete marcos em andamento. De forma geral, observa-se avanço significativo em grande parte das entregas previstas, embora ainda existam desafios relacionados à complexidade técnica das atividades e à necessidade de articulação entre muitos diferentes atores.

O marco 1 apresenta 90% de conclusão e previsão de término em julho de 2026. Apesar do bom andamento, houve atraso na conclusão da lista inicial de dados (etapa 4) em função da heterogeneidade dos temas abordados nas perguntas priorizadas. Além disso, destaca-se que novos conjuntos de dados podem surgir ao longo da execução do Plano, o que poderá demandar atualizações nos resultados já obtidos para garantir aderência às perguntas priorizadas, considerando a amplitude de escopo de cada pergunta

O marco 2 também está em andamento, com 70% de execução e previsão de conclusão em julho de 2027. O principal desafio identificado, em alinhamento com aqueles identificados no marco 1, refere-se à amplitude, complexidade e heterogeneidade das perguntas e dos temas tratados, o que tem dificultado a catalogação dos conjuntos de dados relacionadas a cada uma das perguntas priorizadas.

O marco 3, com 90% de execução e previsão de finalização em junho de 2027, apresenta avanço expressivo, mas ainda requer discussão e validação dos conjuntos de dados catalogados e das ações de melhoria propostas com os membros do compromisso. As ações realizadas dependem de diálogo e alinhamento entre os diversos atores envolvidos, o que demanda tempo adicional para consolidação dos resultados.

O marco 4 encontra-se com 70% de execução e previsão de término em julho de 2026. Persistem desafios na identificação dos conjuntos de dados referentes à pergunta 5, o que tem impedido o avanço no plano de abertura ou melhoria dos dados correspondentes. Além disso, o plano de abertura e melhoria de dados estratégicos do governo federal precisa ser elaborado formalmente, após discussão e validação com os membros do compromisso dos resultados dos diagnósticos relacionados ao marco 3.

Os marcos 5, 6 e 7 encontram-se em andamento, apresentando, respectivamente, 20%, 60% e 40% de execução, com previsões de conclusão entre junho de 2027 e dezembro de 2026. Esses marcos avançam em ritmos distintos, refletindo diferentes níveis de maturidade das atividades. O marco 5 ainda está em fase inicial, exigindo

maior definição de estratégias e alinhamento entre os responsáveis. O marco 6 registra progressos graduais, com etapas intermediárias já desenvolvidas, embora ainda dependentes de articulações técnicas e institucionais. Já o marco 7 apresenta avanços, especialmente em razão da realização do 1° Concurso de Reúso de Dados Abertos da CGU, com possibilidade de realização anual, em alinhamento à execução do marco.

SUCESSOS ALCANÇADOS

A execução do Compromisso 2 apresentou avanços significativos, especialmente nos marcos 1, 2 e 3, que constituem a base para os demais marcos do plano. O marco 1, referente ao mapeamento de demandas e priorização de perguntas para o combate à corrupção, avançou com a conclusão das etapas de 1 a 3. Na etapa 4, foi apresentado um levantamento preliminar de dados existentes para algumas perguntas, permitindo que os demais membros do compromisso realizassem avaliação de suficiência de determinadas bases de dados. Esse processo consolidou resultados úteis para orientar a execução dos próximos marcos.

O marco 2, relativo à catalogação dos dados que respondem às perguntas priorizadas, também avançou de forma relevante, embora ainda incompleto devido à não finalização total do marco 1. A CGU elaborou e apresentou planilha com mapeamento prévio de 36 conjuntos de dados, incluindo ações previstas para melhoria dos dados catalogados, além da criação de uma listagem de todos os conjuntos de dados já disponíveis no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no Portal da Transparência. Esse catálogo significativo estabelece uma base contínua de trabalho, fundamental para a consolidação das etapas seguintes.

O marco 3, que envolve a realização de diagnósticos e avaliação de suficiência dos dados, avançou com a participação de parceiros como a Transparência Brasil e a Transparência Internacional – Brasil, que conduziram análises sobre conjuntos de dados estratégicos (CEIS, CNEP e Painel Estatísticas do Poder Judiciário) relacionados às perguntas priorizadas. A execução conjunta com o marco 2 permitiu a produção de diagnósticos concretos sobre a suficiência dos dados, com compartilhamento de resultados junto à Corregedoria-Geral da União.

O marco 4 avançou na identificação dos atores responsáveis e no levantamento de ações necessárias para a abertura ou melhoria dos dados avaliados, estabelecendo uma base para a futura sistematização do plano de abertura de dados. Como resultado imediato, ocorreu a efetiva publicação de dados sobre pagamentos de acordos de leniência firmados pela própria CGU, bem como a publicação de dados correicionais históricos, ações que superaram o objetivo do marco.

Nos marcos 5, 6 e 7, foram observados progressos relevantes em atividades de capacitação e promoção do uso de dados abertos. Destacam-se:

- Marco 5: realização da sessão “Dados Abertos e Correição: Desafios e Oportunidades no Combate à Corrupção” no evento América Aberta (dezembro de 2024), com ampla participação de representantes da sociedade civil, jornalistas, servidores e setor privado;

- Marco 6: workshops e capacitações em dados abertos, incluindo evento RedeSIC 2025 (10/09/2025) e capacitação online para 72 órgãos/entidades com 190 participantes (17/09/2025);
- Marco 7: encerramento do 1º Concurso de Reúso de Dados Abertos (23/09/2025) e realização da 1ª Jornada de Reúso de Dados Abertos da CGU (24/09/2025), com apresentação de ferramentas como Agenda Transparente e Medicamentos Transparentes.

PRINCIPAIS DESAFIOS

A execução do Compromisso 2 tem avançado de forma contínua, porém enfrenta diversos desafios que impactam o ritmo e a integração das atividades previstas. Um dos principais entraves está na definição e validação dos conjuntos de dados que eventualmente estariam vinculados às respostas das perguntas priorizadas, o que tem incorrido em atrasos em alguns marcos.

Um ponto relevante diz respeito à escassez de recursos humanos para apoiar a coordenação do compromisso por parte da CGU, sobrecarregando o coordenador diante das demais atividades sob a sua responsabilidade, uma vez que esse não possui dedicação integral ao seu papel de coordenador do compromisso 2. Essa dificuldade resulta na ausência de reuniões de trabalho regulares, o que limita o diálogo e a validação coletiva das etapas concluídas, enfraquecendo o caráter colaborativo que orienta o compromisso.

Foi identificada baixa capacidade operacional para executar ações vinculadas com o Compromisso 1, especialmente em relação à temática de infraestrutura, que é tratada em uma das perguntas priorizadas e possui relação direta com o Novo PAC. Tais ações serão executadas futuramente em razão do foco, até então, nas ações relacionadas às outras perguntas.

Ressalta-se que, quando observada a diversidade temática, o compromisso traz desafio adicional pois engloba muitos temas, de natureza totalmente distintas, em um único compromisso, a saber: emendas parlamentares; renúncias fiscais; responsabilização de pessoas físicas e jurídicas (incluindo servidores públicos); infraestrutura; ilícitos ambientais; pagamentos no âmbito de processos administrativos de responsabilização e acordos de leniência; e processos judiciais. Esse cenário incorre na necessidade de articulação com atores distintos por tema, bem como entendimento aprofundado sobre dados custodiados pelo Governo em cada segmento, o que, por si só, leva à necessidade de foco de atuação, não sendo possível atuar em todas as frentes simultaneamente.

Entre os desafios institucionais, destaca-se a dificuldade de conciliar a execução das ações do compromisso com as demandas internas das organizações envolvidas, o que impacta a disponibilidade de tempo e de recursos humanos dedicados às atividades do plano. Além disso, é necessário ampliar a participação dos órgãos e entidades nas reuniões de monitoramento, aumentando o potencial de troca e acompanhamento conjunto.

Por fim, ressalta-se desafio relacionado à concentração de participação dos membros a parte das entidades da sociedade civil. Das cinco entidades envolvidas, apenas três participam regularmente das reuniões e realizam atividades no âmbito do compromisso.

MUDANÇAS NO AMBIENTE CONTEXTUAL

Fatores Sociais:
Nenhuma mudança identificada

Fatores Econômicos:
Nenhuma mudança identificada

Fatores Políticos:
O ambiente de execução do compromisso 2 foi influenciado por fatores políticos e institucionais que alteraram o ritmo e o contexto das atividades.

Mudanças internas na CGU, incluindo redução da equipe e mudanças de lideranças, impactaram o andamento do compromisso, ocasionando lentidão em algumas atividades e dificultando a continuidade dos processos.

SUGESTÕES DE ALTERAÇÕES

Nenhuma sugestão apresentada.

4.3 Compromisso 3: Práticas colaborativas para a ciência e a tecnologia

BREVE DESCRIÇÃO
Promover práticas científicas transparentes, responsáveis, colaborativas e reprodutíveis para acelerar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e ampliar seu impacto social.

COORDENADOR
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI

RESPONSÁVEIS	
Governo	**Sociedade Civil**
• Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) • Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) • Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) • Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) • Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) • Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) • Ministério da Defesa (MD) • Rede Brasileira para Educação e Pesquisa (RNP)9	• Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) • Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) • GO FAIR Brasil • Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) • Rede Brasileira de Reprodutibilidade (RBR) • Scielo - Scientific Electronic Library Online • Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

MARCOS
O compromisso 3 foi inicialmente estruturado com 13 marcos, elaborados de forma colaborativa durante o desenvolvimento do 6º plano de ação. **Marco 1** – Inclusão da pauta de colaboração, transparência e reprodutibilidade da ciência na Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia (ENCTI), por meio das conferências nacionais (CNCTI) **Marco 2** – Realização de debate sobre a temática do compromisso na comunidade científica para subsidiar a elaboração de diretrizes nacionais para a ciência aberta **Marco 3** – Identificação de áreas, temas e tecnologias estratégicas e críticas para a autonomia tecnológica do país **Marco 4** – Elaboração de proposta de como incorporar práticas abertas nos critérios de avaliação de pesquisadores e instituições, a partir do 5º Plano de Ação Nacional **Marco 5** – Identificar ações orçamentárias já existentes que possam vir a dar suporte à ciência aberta, propondo a criação de planos orçamentários **Marco 6** – Implementação de ferramentas de monitoramento de práticas de ciência aberta **Marco 7** – Elaboração da política de Ciência Aberta do país aderente à Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia (ENCTI)

Marco 8 – Elaboração de plano de ações integradas para operacionalização de práticas científicas transparentes, responsáveis, colaborativas e reprodutíveis
Marco 9 – Desenvolvimento de ações de sensibilização para atores relevantes relacionados ao compromisso
Realização de sensibilização de gestores de ciência e tecnologia sobre boas práticas científicas, responsáveis, transparentes, colaborativas e reprodutíveis
Realização de ações de sensibilização e valoração dos periódicos brasileiros na adesão às práticas de ciência aberta
Realização de rodadas de discussão sobre ciência aberta nas reuniões de representantes de áreas das agências
Marco 10 – Realizar estudos sobre infraestruturas de suporte à ciência aberta
Marco 11 – Identificação da presença da Ciência Aberta nas iniciativas já existentes para fixar e apoiar a permanência de pesquisadores brasileiros no país e para repatriar pesquisadores
Marco 12 – Elaboração e divulgação de recursos educacionais abertos sobre práticas de pesquisa transparentes, colaborativas e reprodutíveis
Marco 13 – Criação de mecanismos de incentivos a práticas de ciência aberta (prêmios, hackathon)

No entanto, durante a execução das atividades e antes do início do processo de revisão do plano, percebeu-se a necessidade de implementar algumas alterações no compromisso. Isso incluiu a exclusão de marcos que não estavam alinhados aos objetivos do compromisso e a combinação de outros que estavam sendo abordados em marcos distintos. Dessa forma, os atores envolvidos no compromisso decidiram, de forma colaborativa, revisar o compromisso, que agora abrange os seguintes marcos:

Marco 1 - Elaboração da política de Ciência Aberta do país aderente à Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia (ENCTI). (Antigo Marcos 1 e 7)

Marco 2 - Elaboração de Plano de Ação para implementação da Política Nacional de Ciência Aberta, com ações integradas para operacionalização de práticas científicas transparentes, responsáveis, colaborativas e reprodutíveis, acompanhadas de propostas de uso de recursos financeiros (ações orçamentárias existentes e novas e outras ações). (Antigo Marcos 5 e 8)

Marco 3 - Realização de debates na comunidade científica para subsidiar a elaboração de diretrizes nacionais para a ciência aberta, sensibilizar os atores relevantes e promover a divulgação geral de CA. (Antigo Marcos 2 e 9)

Marco 4 - Implementação de ferramentas de monitoramento de práticas de ciência aberta. (Antigo Marco 6)

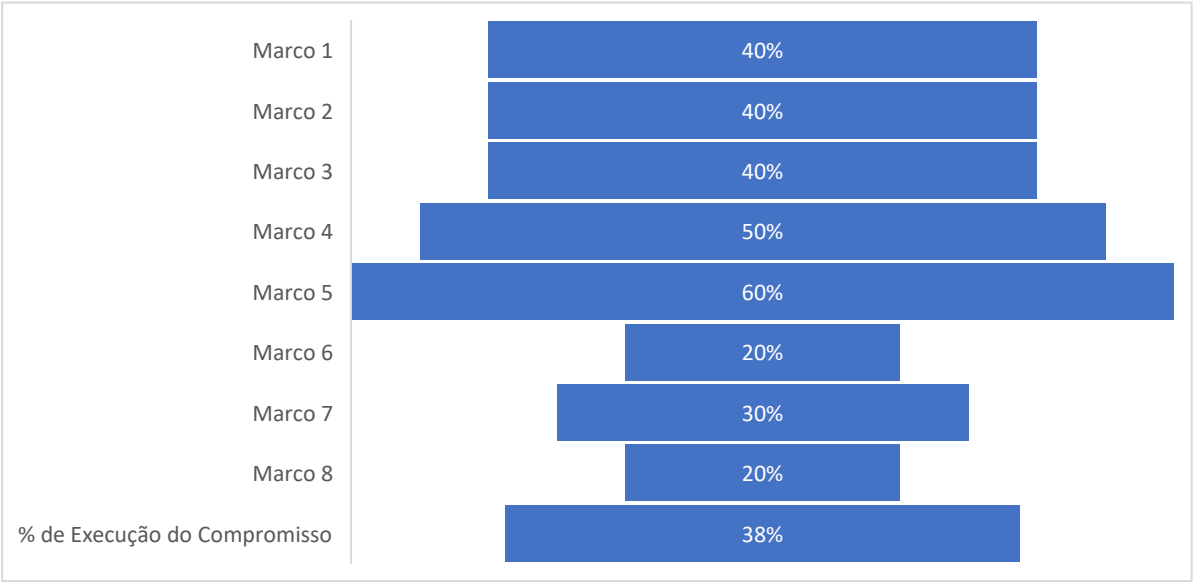
Marco 5 - Discussão de proposta já elaborada de como incorporar práticas abertas nos critérios de avaliação de pesquisadores e instituições, para possível implementação. (Antigo Marco 4)

Marco 6 - Elaborar proposta de utilização das infraestruturas de suporte à ciência aberta (Antigo Marco 10)

Marco 7 - Elaboração e divulgação de recursos educacionais abertos sobre práticas de pesquisa transparentes, colaborativas e reprodutíveis. (Antigo Marco 12)

Marco 8 - Implementação de Prêmio, como mecanismo de incentivo a práticas de ciência aberta. (Antigo Marco 13)

STATUS DE EXECUÇÃO



O Compromisso 3 apresenta atualmente 38% de execução global, o que indica um progresso moderado e em consolidação. Embora alguns marcos tenham avançado de forma significativa, outros encontram-se em estágios iniciais de execução devido aos ajustes recentes nos marcos do compromisso.

Os marcos com maior percentual de execução são o Marco 5 (60%) e o Marco 4 (50%), que envolvem, respectivamente, as discussões sobre a incorporação de práticas abertas nos critérios de avaliação de pesquisadores e instituições e a implementação de ferramentas de monitoramento de práticas de ciência aberta.

Já os Marcos 1, 2 e 3, todos com 40% de execução, apresentam um andamento equilibrado, representando esforços contínuos para elaborar a Política Nacional de Ciência Aberta, definir o Plano de Ação para sua implementação e realizar debates e diretrizes nacionais sobre o tema.

Os Marcos 6, 7 e 8, com 20% a 30% de execução, demonstram ritmo mais lento, especialmente por envolverem ações mais operacionais e estruturantes, como o desenvolvimento de infraestruturas de suporte, a produção de recursos educacionais e a criação de mecanismos de incentivo.

Importa destacar que vários marcos tiveram seu percentual de execução afetado pela recente reestruturação dos marcos do Compromisso 3. Com a nova configuração, muitos encontram-se em fase de planejamento e de definição dos novos produtos e atividades, o que explica parte da desaceleração observada neste período.

SUCESSOS ALCANÇADOS

O Compromisso 3 avançou de forma significativa na promoção da Ciência Aberta no Brasil, fortalecendo práticas científicas mais transparentes, colaborativas e reprodutíveis. O tema ganhou visibilidade e reconhecimento em espaços estratégicos da política científica nacional, com destaque para sua inserção nos documentos resultantes da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (5ª CNCTI) — o Livro Violeta e o Livro Lilás —, o que reforça a expectativa de que os princípios da Ciência Aberta orientem a nova Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) atualmente em elaboração pelo MCTI.

O compromisso também contribuiu para a ampliação do debate público sobre Ciência Aberta, por meio de conferências, seminários, mesas-redondas, podcasts e publicações científicas, que reuniram representantes da comunidade acadêmica, da sociedade civil e do governo. Essas iniciativas fortaleceram a articulação entre atores institucionais e a difusão do conhecimento, resultando em uma crescente sensibilização sobre a importância da transparência e da colaboração nas práticas de pesquisa.

Entre os resultados estruturantes, destaca-se a consolidação do Observatório de Ciência Aberta do Brasil (OCABr) (ocabr.org), criado para monitorar a adoção da Ciência Aberta no país e disponibilizar indicadores atualizados sobre a produção científica e social. A plataforma já opera com bases de dados integradas, como o OpenAlex e a Rede SciELO, permitindo análises detalhadas sobre o cenário nacional e internacional. O OCABr tornou-se referência para o acompanhamento das políticas e práticas de Ciência Aberta no Brasil.

Outros avanços importantes incluem a tradução e adaptação de materiais internacionais sobre reprodutibilidade científica, a criação de um banco nacional de recursos educacionais sobre práticas de pesquisa abertas e colaborativas (reprodutibilidade.org/recursos) e a aprovação de cursos e ementas voltados à formação em Ciência Aberta.

O compromisso ainda impulsionou a elaboração de diretrizes para incorporação de práticas abertas e colaborativas nos critérios de avaliação científica. Tais esforços resultaram em recomendações e documentos que vêm influenciando a agenda de políticas públicas para a pesquisa e a pós-graduação no país.

PRINCIPAIS DESAFIOS

A execução do Compromisso 3 tem enfrentado desafios significativos de natureza técnica, institucional e cultural, refletindo a complexidade inerente à promoção da Ciência Aberta em um contexto multi-institucional e multifacetado. Por se tratar de um

tema transversal, que envolve diversos atores e dimensões — científicas, tecnológicas, administrativas e culturais —, sua implementação demanda coordenação constante e articulação entre diferentes órgãos e entidades do governo, universidades, institutos de pesquisa e sociedade civil.

Um dos principais desafios diz respeito à infraestrutura tecnológica necessária à operacionalização da Ciência Aberta no país, especialmente no que se refere à inexistência de repositórios nacionais baseados em softwares livres e hospedados em nuvens públicas, que garantam segurança, interoperabilidade e sustentabilidade a longo prazo. A criação dessas estruturas exigiria recursos humanos e financeiros que ultrapassam o orçamento atualmente disponível nas instituições participantes do compromisso, o que limita a implementação de soluções de grande escala.

Outro obstáculo importante está relacionado à complexidade dos sistemas de avaliação da pesquisa no Brasil. Esses sistemas, historicamente consolidados e baseados em modelos incrementais, envolvem múltiplos níveis de governança, centenas de consultores e comitês de assessoramento. Tal estrutura torna difícil propor e implementar mudanças concretas sem um entendimento aprofundado de seus mecanismos internos e sem um processo contínuo de negociação com os atores diretamente envolvidos. Assim, a incorporação efetiva de práticas de Ciência Aberta nos critérios de avaliação exige mudanças culturais e institucionais graduais, além de aprendizado coletivo sobre novas formas de aferir qualidade e relevância científica.

A falta de tempo e sobrecarga de trabalho dos integrantes do grupo de implementação também tem se mostrado um entrave recorrente. Muitos participantes acumulam responsabilidades em suas instituições de origem, o que reduz a disponibilidade para planejamento, acompanhamento e execução das atividades previstas em cada marco. Essa limitação impacta a articulação interinstitucional e a velocidade de execução das metas. Soma-se a isso a rotatividade dos representantes das instituições envolvidas, que geram descontinuidade, dificultam a comunicação e prejudicam o acompanhamento dos avanços. A ausência de canais formais e atualizados de contato — como listas institucionais de e-mails — tem levado à dependência de grupos informais de mensagens, o que fragmenta a comunicação e dificulta o engajamento consistente dos parceiros.

Outro problema enfrentado é a resistência e desinformação sobre o conceito e os princípios da Ciência Aberta em parte da comunidade científica, o que se traduz em baixa adesão às ações de sensibilização e dificuldade de internalização das novas práticas.

Ainda há falta de clareza e consenso sobre definições e escopos dos marcos — por exemplo, sobre o que caracteriza uma ação de sensibilização ou quais atores devem ser priorizados —, dificultando o monitoramento e a avaliação das atividades. Além disso, a fragilidade na sistematização dos registros e relatórios e a ausência de metodologias padronizadas de mensuração de impacto tornam mais difícil avaliar o alcance real das iniciativas.

Outros desafios técnicos e operacionais incluem problemas na qualidade e padronização de bases de dados utilizadas em plataformas de monitoramento, como o OpenAlex, a inexistência de um catálogo unificado de instituições e programas de pós-graduação, e a escassez de recursos de tecnologia da informação para garantir a manutenção e operação contínua de ferramentas como o Observatório de Ciência Aberta do Brasil (OCABr).

MUDANÇAS NO AMBIENTE CONTEXTUAL

Fatores Sociais:

O ambiente social e científico tem apresentado transformações significativas que influenciam diretamente a execução e os rumos do Compromisso 3. O avanço das iniciativas internacionais voltadas à reformulação dos sistemas de avaliação da pesquisa, como o FOLEC (Foro Latinoamericano sobre Evaluación Científica), a CoARA (Coalition for Advancing Research Assessment) e a DORA (Declaration on Research Assessment), tem exercido influência crescente sobre o debate nacional. Essas agendas globais, alinhadas aos princípios da Ciência Aberta, vêm estimulando reflexões e ações nas agências brasileiras de fomento e avaliação, incentivando a incorporação de critérios mais transparentes, colaborativos e socialmente responsáveis na produção científica.

Paralelamente, observa-se uma demanda crescente da sociedade civil e da comunidade acadêmica por maior transparência, integridade e participação social na ciência. Esse movimento amplia a pressão por práticas científicas abertas, pelo compartilhamento de dados e resultados e pela valorização do impacto social da pesquisa, fortalecendo o ambiente favorável à implementação das ações previstas no Compromisso 3.

Fatores Econômicos:

A escassez de recursos orçamentários e as restrições financeiras enfrentadas pelas instituições públicas têm levado à necessidade de buscar alternativas não financeiras para garantir a continuidade das iniciativas.

Além disso, os cortes orçamentários na área da educação impactam significativamente a capacidade das universidades e centros de pesquisa de disseminar e adotar práticas de ciência aberta.

Fatores Políticos:

O fortalecimento das instâncias de governo aberto, a elaboração da Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia (ENCT) e a participação social nos processos decisórios têm favorecido a promoção da Ciência Aberta, criando espaço para articulação institucional, sensibilização da comunidade científica e avanços na integração de práticas colaborativas e transparentes.

Por outro lado, essas mesmas dinâmicas políticas ocasionaram atrasos e ajustes em marcos específicos, exigindo revisões no planejamento e adaptações no cronograma de execução. Mudanças de organização interna no MCTI também impactaram a coordenação do compromisso, gerando desafios de continuidade e comunicação entre os responsáveis pelos marcos e os diferentes parceiros envolvidos.

Adicionalmente, a ausência de uma política nacional formal de Ciência Aberta no Brasil representa um obstáculo estruturante.

SUGESTÕES DE ALTERAÇÕES

Os atores responsáveis pela execução dos marcos do Compromisso 3 apresentaram diversas propostas para aprimorar a implementação e a efetividade das ações, com foco em gestão, comunicação, integração e valorização da Ciência Aberta.

Uma das sugestões centrais é a adoção de um plano de gestão de projeto estruturado, que inclua reuniões online mais regulares e curtas, visando dar maior ritmo às atividades e melhorar o acompanhamento das entregas. Complementarmente, propõe-se o fortalecimento da comunicação entre a coordenação do compromisso e os representantes das instituições participantes, bem como entre os próprios representantes, apoiado por um diretório atualizado de contatos, de modo a garantir maior articulação e acesso rápido aos atores-chave.

No que tange à estrutura dos marcos, sugere-se incorporar o antigo Marco 13 a outros marcos em andamento, combinando atividades de incentivo com ações de sensibilização, aumentando assim sua efetividade. Também foi proposta a criação de um marco específico para valorização das revistas científicas brasileiras, reconhecendo sua importância na disseminação da produção científica nacional.

Outra recomendação foi a criação de indicadores específicos para acompanhar Ciência Aberta, reprodutibilidade, diversidade e impacto social, alinhados aos princípios da CoARA. Propõe-se ainda capacitação de avaliadores e coordenadores de programas de pós-graduação, consolidando o uso de metodologias qualitativas de avaliação. Para facilitar a integração e o reconhecimento de produtos científicos diversos (dados, softwares, recursos educacionais abertos, revisões abertas), sugere-se a interconexão entre plataformas digitais como CAPES, CNPq e OSF/RBR.

Outras sugestões incluem a realização de pilotos regionais ou setoriais para testar ajustes antes da adoção em larga escala, e a articulação internacional com instituições vinculadas à CoARA, promovendo troca de boas práticas e experiências.

No âmbito da comunicação e sensibilização, foi proposta a criação de um blog oficial do Compromisso 3, com três linhas editoriais: (i) entrevistas semanais com autoridades e pesquisadores; (ii) postagens semanais detalhando cada um dos doze marcos; e (iii) publicações semanais sobre indicadores de Ciência Aberta originados do OCABr.

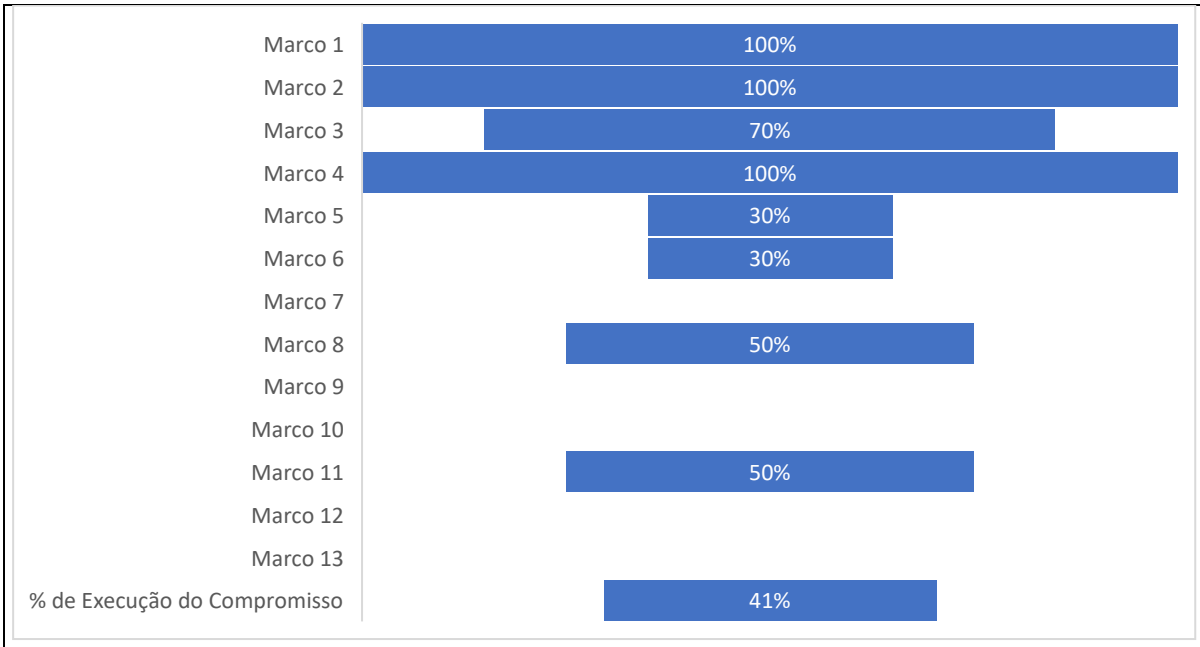
Adicionalmente, sugere-se a inclusão de discussões sobre a política de licenciamento CC BY e seus impactos para os pesquisadores.

4.4 Compromisso 4: Cultura de acesso à informação

BREVE DESCRIÇÃO
Fomentar a cultura de acesso à informação e aprimorar o cumprimento da LAI no país, por meio da articulação e colaboração entre poder público e sociedade.
COORDENADOR
Controladoria-Geral da União (CGU)
RESPONSÁVEIS

Governo	**Sociedade Civil**
• Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas (SNDS – SG/PR) • Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) Outros Poderes: • Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)	• Transparência Brasil • Artigo 19 • Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas • Fiquem Sabendo • Observatório Social do Brasil (OSB) • Instituto Observatório Político e Socioambiental (OPS)

MARCOS
Marco 1 – Mapear atores estratégicos do ecossistema da LAI e suas práticas e ferramentas **Marco 2** – Criação da Rede (estruturação da rede de forma colaborativa) Definir incentivos, estratégias para fomentar adesão Definir governança e funcionamento da rede Identificar modelos de rede, pontos fortes e fracos **Marco 3** – Estruturar materiais de capacitação sobre a LAI para entes federados **Marco 4** – Sistematizar entendimentos sobre a aplicação da LAI no governo federal **Marco 5** – Repositório de boas práticas e ferramentas dos atores **Marco 6** – Desenhar modelo de monitoramento colaborativo **Marco 7** – Diagnóstico comparativo de desafios semelhantes na aplicação da LAI entre os poderes **Marco 8** – Realizar diagnóstico sobre a implementação da LAI por estados e municípios **Marco 9** – Disseminar entendimentos sobre a aplicação da LAI na Rede Nacional com o objetivo de consolidar orientações consensuadas **Marco 10 –** Disseminar recursos de educação cidadã **Marco 11 –** Incluir itens de cumprimento da LAI no Índice de Governança e Gestão **Marco 12 –** Guia de referência em transparência ativa para estados, municípios e Distrito Federal **Marco 13 –** Campanha sobre acesso à informação, transparência e cidadania
STATUS DE EXECUÇÃO



O compromisso 4 encontra-se em execução, com três marcos concluídos, os de números 1, 2 e 4.

SUCESSOS ALCANÇADOS

Durante a elaboração do 6º Plano de Ação Nacional em Governo Aberto, a solução proposta centrou-se na criação de uma rede nacional por meio da qual seriam feitas ações de compartilhamento de conhecimento, boas práticas, capacitação e entendimentos. A estruturação da rede avançou como projeto na CGU, por intermédio da então Secretaria Nacional de Acesso à Informação. A Rede Nacional de Transparência e Acesso à Informação (RedeLAI) foi criada por meio da Portaria Normativa CGU nº 130, de 13 de maio de 2024, que estabeleceu minimamente diretrizes e critérios voltados especificamente aos órgãos com competência de supervisão, monitoramento ou promoção da transparência ativa ou passiva dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O regimento interno estabeleceria as formas de participação de outros participantes, além da estrutura, atribuições e regras de funcionamento da rede.

O regimento foi elaborado no período de julho de 2024 a fevereiro de 2025. Inicialmente, a CGU disponibilizou proposta preliminar, a qual foi discutida e aprimorada no âmbito do Conselho Diretivo Provisório da Rede a partir de diálogo com entidades da sociedade civil integrantes do compromisso 4 e do Grupo de Trabalho de Acesso à Informação do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC). A proposta foi também submetida a consulta pública por meio da plataforma Participa + Brasil.

A RedeLAI possibilitou avanços em outros marcos do compromisso. Em relação ao marco 5, cumpre informar que a RedeLAI está desenvolvendo iniciativa de identificação e divulgação de boas práticas na área de transparência e acesso à informação.

Já o marco 13, realização de campanha, está sendo concretizado por meio da Rede, que desenvolveu a campanha intitulada *Conheça a Administração Pública, Pergunte!*. A iniciativa produziu peças orientativas sobre a Lei de Acesso à Informação, que foram veiculadas nas redes sociais dos membros da Rede ao longo do 2º semestre de 2025.

Outro destaque no âmbito do compromisso foi o marco 4. A coletânea Decisões Temáticas da LAI — Acesso à Informação, produzida pela CGU, reúne decisões da 3ª instância recursal da LAI no Poder Executivo federal consideradas relevantes nos anos de 2023 e 2024.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Em relação à RedeLAI, entidades da sociedade civil pleitearam mais espaço nas definições quanto às regras de estrutura e funcionamento da Rede. Assim, durante a fase de elaboração do regimento interno, houve debate com entidades da sociedade civil, bem como consulta pública, conforme já citado, a fim de se chegar a um consenso básico em torno da proposta.

Importantes contribuições foram realizadas ao longo do processo, tendo resultado em um modelo de Rede com participação da sociedade civil, inclusive nas instâncias de governança. O Conselho Diretivo da RedeLAI possui, em sua composição, duas entidades da sociedade civil, de um total de nove instituições participantes. A sociedade civil também participa da Assembleia Geral da rede e de grupos de trabalho.

Em relação à coordenação do compromisso, a reestruturação das secretarias responsáveis pela pauta da transparência e do acesso à informação ocasionou mudanças de equipe e alteração temporária da coordenação, com consequentes atrasos nas atividades de gestão, estímulo ao engajamento e monitoramento.

Por fim, há o desafio de integração com outros fóruns de participação, como é o caso do Grupo de Trabalho (GT) de Transparência e Acesso à Informação do CTICC - do qual participam a maioria das entidades da sociedade civil integrantes do compromisso 4, a fim de se evitar dispersão ou duplicidade de esforços.

MUDANÇAS NO AMBIENTE CONTEXTUAL

Fatores Sociais:
Nenhuma mudança identificada

Fatores Econômicos:
Nenhuma mudança identificada

Fatores Políticos:
De 2023 a 2025, não foram observadas mudanças significativas no contexto político que impactem diretamente a execução do compromisso.

SUGESTÕES DE ALTERAÇÕES

Apesar de não terem sido apresentadas sugestões de alteração nesta fase de diagnóstico, é possível identificar a necessidade de alteração nos marcos dos compromissos na futura fase de revisão. Após 2 anos de execução, com avanços e desafios, pode-se propor a simplificação e agregação de marcos.

4.5 Compromisso 5: Dados de ações afirmativas étnico-raciais

BREVE DESCRIÇÃO	
Produzir, tratar e disponibilizar dados de ações afirmativas étnico-raciais padronizados e de qualidade, de forma colaborativa e um catálogo único.	
COORDENADOR	
Ministério da Igualdade Racial – MIR	
RESPONSÁVEIS	
Governo	**Sociedade Civil**
• Controladoria-Geral da União (CGU) • Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) • Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) • Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) Outros Poderes: • Senado Federal	• Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdade Racial (CEDRA) • Geledés Instituto da Mulher Negra • Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa – GEMAA • Instituto Alana • Interdisciplinariedade e Evidências no Debate Educacional – IEDE • Instituto Ethos14
MARCOS	
Marco 1 – Mapear o ecossistema de dados étnico-raciais **Marco 2** – Mapear as necessidades de informação de ecossistema **Marco 3** – Construir modelo de referência para dados étnico-raciais para ações afirmativas **Marco 4** – Propor modelo de referência ao Comitê Central de Governança de Dados (CCGD) **Marco 5** – Adaptar 'dados.gov.br' para melhor catalogar, identificar e apresentar dados raciais **Marco 6** – Articulação com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD) para aumentar oferta de dados **Marco 7** – Orientação normativa sobre os padrões de abertura de dados de universidades, institutos federais em transparência **Marco 8** – Base-piloto de integração de dados **Marco 9** – Guias de orientação sobre ação afirmativa para Institutos Federais, órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta **Marco 10** – Realizar avaliação sobre a implementação das ações afirmativas	

Marco 11 – Capacitar agentes públicos para coleta, tratamento e análise de dados étnico-raciais

Marco 12 – Articular para a inclusão de módulo sobre cotas nos concursos nos sistemas estruturantes do governo federal

Marco 13 – Estratégia de divulgação do 'dados.gov.br'

Marco 14 – Guia de orientação de boas práticas para produção, coleta e disponibilização de dados para bancas de heteroidentificação

Marco 15 – Criação de um programa de dados de ações afirmativas e permitir a adesão de estados e municípios, via termo de adesão, ofertando capacitação técnica e fomentando a formação de uma rede interfederativa de boas práticas

Marco 16 – Ações de incentivo e promoção à divulgação de dados sobre ações afirmativas raciais no setor privado

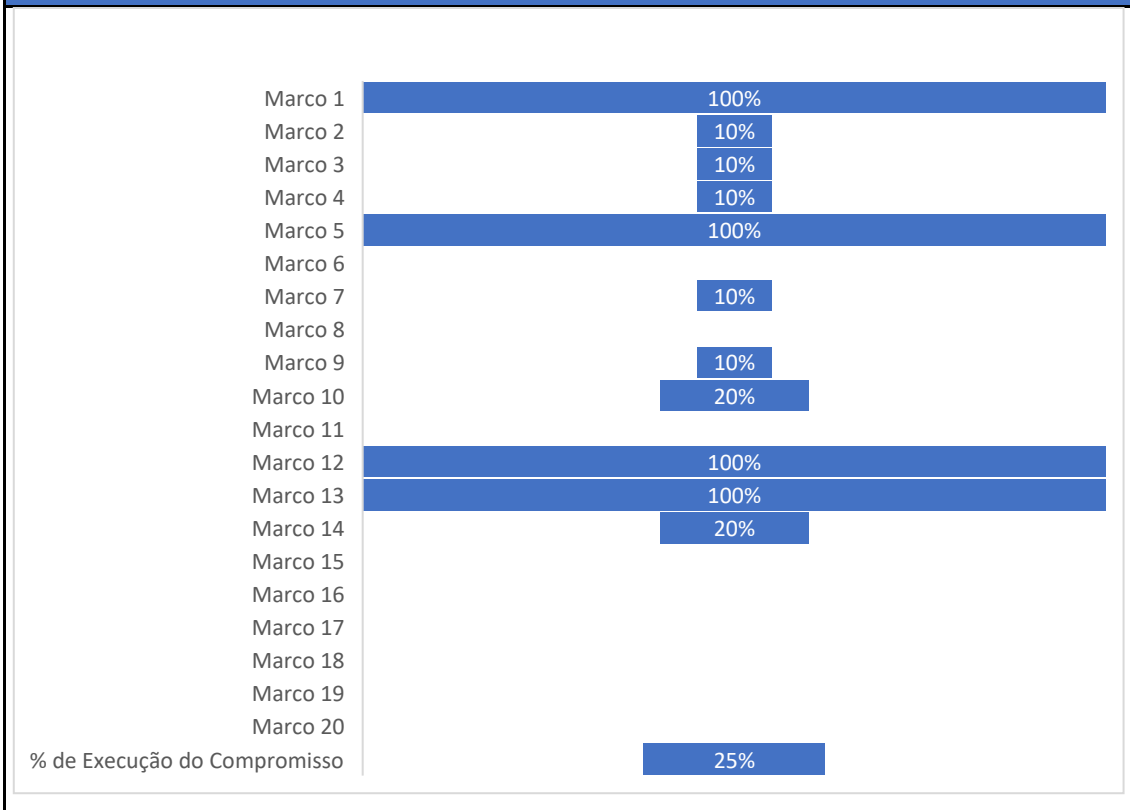
Marco 17 – Ações de estímulo para a disponibilização e uso de dados sobre políticas afirmativas

Marco 18 – Polos avançados de ações afirmativas em cada região para padronização dos dados

Marco 19 – Elaboração e aplicação do plano de monitoramento da implementação da Lei nº 10.639/2003 (torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira em todas as escolas) nos municípios, considerando informações de orçamento, equipes, regulamentação e divulgação de boas práticas

Marco 20 – Estabelecer indicadores de qualidade para os dados étnico-raciais na educação

STATUS DE EXECUÇÃO



Dois anos após o início de sua implementação, o Compromisso 5 apresenta um panorama geral de avanços e conquistas, mesmo diante de desafios que demandaram ajustes e realinhamentos nas metas e prazos estabelecidos. Com um percentual médio de execução de 25%, o compromisso evidencia progressos importantes, ainda que existam etapas em andamento que requerem continuidade e fortalecimento das ações.

Dos 20 marcos previstos no compromisso, quatro já foram concluídos — os marcos 1, 5, 12 e 13. Essas entregas representam etapas fundamentais para consolidar a base técnica e operacional do compromisso, evidenciando o avanço consistente na execução e o comprometimento com os resultados propostos.

Os marcos 2, 3, 4, 7 e 9 encontram-se em andamento, com cerca de 10% de execução. O ritmo dessas ações foi impactado por mudanças na equipe do Ministério da Igualdade Racial, o que exigiu processos de reorganização interna e de replanejamento.

Em relação aos marcos 10 e 14, ambos registram 20% de execução, apresentando níveis compatíveis com o cronograma atual e refletindo o andamento gradual das etapas previstas.

Até o momento, os marcos 6, 8, 11, 15, 16, 17, 18, 19 e 20 ainda não tiveram suas atividades iniciadas. Parte desses marcos apresenta atraso em relação à previsão inicial, que indicava sua conclusão até dezembro de 2025. Está em andamento um processo de reorganização e repactuação dos prazos, com o objetivo de ajustar o planejamento, assegurar a continuidade das ações e garantir o alcance integral dos resultados propostos.

O Compromisso 5 registra avanços significativos, com marcos estratégicos concluídos e ações em andamento, mesmo diante de desafios e ajustes internos. O progresso reflete o compromisso com a gestão eficiente dos dados étnico-raciais e reforça o impacto positivo das ações na construção de políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

SUCESSOS ALCANÇADOS

Os avanços do Compromisso 5 têm se mostrado consistentes, impulsionados principalmente pelo fortalecimento do diálogo entre governo e sociedade civil. Nos últimos meses, consolidaram-se parcerias estratégicas com o GEMAA, o Instituto Alana e o Geledés, ampliando o alcance e a relevância da agenda.

Foi retomado com o GEMAA um processo de diálogo voltado à revisão de metodologias e alinhamento de contribuições técnicas para a consolidação dos dados sobre ações afirmativas. Já a aproximação com o Instituto Alana e o Instituto Geledés possibilitou integrar o compromisso à agenda da Primeira Infância Antirracista (PIA), reforçando a importância de dados que revelem desigualdades

desde as primeiras etapas da vida. Essa parceria também estimulou o interesse em cooperações voltadas à implementação da Lei nº 10.639/03, articulando o compromisso com espaços políticos como o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR).

Essas iniciativas abrem novas perspectivas de expansão do compromisso, conectando-o a diferentes dimensões das políticas públicas voltadas à equidade e à promoção da igualdade racial.

O Marco 1 foi concluído com êxito, resultando na sistematização inicial do ecossistema de dados étnico-raciais disponíveis no âmbito governamental. Essa etapa foi essencial para mapear fontes, estruturas e lacunas de informação relacionadas à temática. O mapeamento consolidou dados de diferentes órgãos e bases, permitindo identificar fontes primárias e compreender os fluxos de produção e atualização das informações.

Apresentacao - dados_sobre_racas 2.pptx
Mapeamento ecossistema 1508.xlsx

O Marco 3, atualmente em andamento, deu início à construção do modelo de referência para dados étnico-raciais, estabelecendo diretrizes metodológicas e promovendo o alinhamento técnico entre as instituições participantes do compromisso, fortalecendo a base para as próximas etapas de implementação. A base conceitual do modelo foi definida a partir da classificação de raça/cor adotada pelo IBGE (branca, preta, parda, amarela e indígena).

O Marco 4, atualmente em andamento, avançou com a definição da proposta preliminar do modelo de classificação de raça/cor, baseada na classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), consolidada por meio de alinhamentos bilaterais entre a CGU e o MIR.

O Marco 5 foi concluído, com a implementação de adaptações na plataforma dados.gov.br para aprimorar a catalogação, identificação e apresentação de dados raciais, além de melhorias na usabilidade e visualização, visando apoiar de forma mais efetiva políticas públicas e ações afirmativas.

O Marco 10 encontra-se em desenvolvimento, com ações voltadas à avaliação da implementação da Lei de Cotas no serviço público, incluindo a elaboração de um documento preliminar de avaliação e a definição das metodologias a serem utilizadas.

O Marco 12, cujo objetivo consistia em fortalecer a articulação entre os órgãos para viabilizar a inclusão de um módulo sobre cotas nos concursos dos sistemas estruturantes do governo federal, foi plenamente concluído, representando um

avanço significativo na implementação de políticas de ação afirmativa e na promoção da igualdade de oportunidades no serviço público. Embora concluído, requer monitoramento quanto à utilização efetiva do módulo pelos órgãos responsáveis. Também é necessária uma avaliação periódica da aplicabilidade e do impacto do módulo nos concursos públicos, considerando a possibilidade de ajustes futuros em função de alterações legislativas ou mudanças nas políticas de inclusão.

Concluído com êxito, o Marco 13, dedicado à estratégia de divulgação da plataforma 'dados.gov.br', ampliou significativamente o acesso e a visibilidade dos dados governamentais, fortalecendo a transparência e promovendo o uso das informações na formulação de políticas públicas e ações afirmativas.

PRINCIPAIS DESAFIOS

A execução do compromisso tem se deparado com diversos desafios que impactam o alinhamento, a continuidade das ações e o alcance das metas. Um dos principais obstáculos foi a frequente mudança na equipe do MIR, que dificultou a comunicação contínua entre os participantes e a manutenção de estratégias já iniciadas.

A estrutura do Ministério, limitada em termos de equipe frente à multiplicidade de frentes de trabalho, programas e demandas, também se mostrou um desafio. Embora a dinâmica ministerial contribua em certos aspectos para o cumprimento do compromisso, em outros ela dificulta o progresso, sugerindo a necessidade de revisão do desenho de algumas metas e a inclusão de novas que se mostraram mais relevantes e viáveis ao longo da execução do Plano.

Outro desafio significativo foi conciliar agendas em meio à sobreposição de compromissos institucionais, como conferências nacionais e reuniões paralelas de outros grupos de trabalho, o que afetou a participação e o andamento das articulações previstas. Esse cenário se agravou em períodos de transição administrativa, quando novas formas de gestão e a sobrecarga sobre poucos servidores reduziram a capacidade operacional.

Além disso, a integração de dados e a articulação interinstitucional, centrais para vários marcos do compromisso, revelaram-se mais complexas do que inicialmente estimado. Essas atividades exigiram não apenas alinhamento técnico, mas também a retomada de diálogos com instituições parceiras, como o GEMAA, cuja aproximação ocorreu recentemente e ainda demanda novas rodadas de negociação para garantir a consolidação das ações.

O marco 2 enfrenta desafios relacionados à limitação de tempo e de recursos técnicos, que dificultam o aprofundamento da coleta de expectativas junto a estados, municípios e sociedade civil. Houve também a urgência em criar

mecanismos participativos para validar as necessidades mapeadas, garantindo a legitimidade social do processo.

O marco 3 apresenta desafios relacionados à necessidade de confirmação de reuniões e de aportes de atores estratégicos, ocasionando atrasos no fechamento do escopo final.

Em relação ao marco 4, cujo objetivo é propor um modelo de referência ao Comitê Central de Governança de Dados (CCGD), ele ainda não foi submetido formalmente, devido à necessidade de ajustes finais na proposta e ao alinhamento com outros atores estratégicos. Adicionalmente, a falta de etapas detalhadas para a coleta de feedback do Comitê pode dificultar a integração do modelo às práticas de governança de dados.

O marco 5, embora concluído, depende da colaboração interinstitucional e da atualização periódica dos bancos de dados para garantir a manutenção contínua e a atualização dos dados raciais. Além disso, há a necessidade de capacitação e orientação para órgãos e usuários, a fim de assegurar a utilização e a interpretação corretas dessas informações.

O marco 6 enfrenta desafios relacionados à coordenação entre múltiplos órgãos e entidades envolvidas, à sensibilidade e proteção dos dados étnico-raciais, e à necessidade de alinhamento jurídico e técnico com a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Além disso, o avanço depende da disponibilidade e do engajamento de parceiros externos.

Quanto ao Marco 7, a execução ainda se encontra em fase inicial, focando em atividades de coordenação e alinhamento entre os atores principais. O avanço depende da confirmação de reuniões, essenciais para o desenvolvimento da orientação normativa. Entre os desafios estão a sincronização de agendas entre múltiplos órgãos e entidades parceiras e a adequação do padrão de abertura de dados à diversidade de informações existentes em universidades e institutos federais.

O avanço do marco 9 depende da definição de padrões e modelos de dados, que devem ser integrados com outros marcos, e da coordenação entre múltiplos atores, cada um com agendas distintas. Entre os principais desafios estão a complexidade de mapear demandas específicas de diferentes institutos federais e órgãos da Administração Pública e o tempo necessário para validação e ajustes das orientações junto aos atores envolvidos.

O Marco 10 está em fase inicial de execução, dependendo da disponibilidade de dados consolidados de outros órgãos e marcos e enfrentando a complexidade de integrar múltiplas fontes de informação.

Entre os principais desafios estão a necessidade de articulação com os marcos 3, 7, 8 e 9 para assegurar consistência na avaliação; os potenciais atrasos na entrega de informações detalhadas por órgãos e instituições, que dificultam a análise completa; e os ajustes metodológicos ainda em definição, que impactam o cronograma de produção do relatório final.

As ações do marco 11 enfrentam desafios relacionados à complexidade de alinhar agendas e disponibilidades dos diferentes atores envolvidos, incluindo ENAP, MIR, Geledés e Senado. Além disso, ainda não foram definidas questões essenciais como carga horária, formato dos cursos e estratégias de acompanhamento pós-capacitação.

O marco 14 encontra-se em fase inicial de execução, dependendo da confirmação e do alinhamento das parcerias com os demais atores envolvidos. A complexidade metodológica para padronização de dados requer tempo e validação técnica adequada. No que diz respeito às dificuldades e pontos de atenção estão a necessidade de consolidação de dados e referências técnicas, a coordenação entre múltiplos atores para assegurar consistência e aderência às normas, e a definição de um cronograma claro para a entrega das versões preliminares e finais do guia.

Para a execução do marco 16, destacam-se como principais desafios e limitações a falta de padronização de indicadores e métricas de acompanhamento, a necessidade de testar a implementação por meio de pilotos com empresas parceiras antes da expansão, e a criação de guias ou orientações claras sobre os tipos de dados e formas de divulgação. Adicionalmente, é crucial equilibrar o interesse público com o setor privado, assegurando confidencialidade e conformidade.

No âmbito do marco 17, destacam-se como desafios a necessidade de conciliar estratégias de estímulo com regulamentos de proteção de dados e a ausência de mecanismos para mensurar o impacto das ações de estímulo. Entre as ações necessárias estão a criação de um guia de boas práticas para utilização de dados em políticas afirmativas e o estabelecimento de um cronograma de workshops e capacitações para órgãos públicos e parceiros estratégicos.

Entre os principais desafios do marco 18 estão a definição de critérios para seleção das regiões, considerando a adesão ao SINAPIR; a padronização de dados entre diferentes polos e instituições; a coordenação de agendas e responsabilidades entre MIR, ENAP e MGI; e a integração necessária com marcos anteriores relacionados a dados étnico-raciais.

MUDANÇAS NO AMBIENTE CONTEXTUAL

Fatores Sociais:

O MIR, ao organizar e conduzir a V Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (V CONAPIR), desempenhou um papel central no acolhimento das demandas da sociedade civil, em especial as apresentadas por delegados e delegadas eleitos nas etapas estaduais e municipais. Esse processo mobilizou a estrutura interna do Ministério e exigiu ajustes nas agendas, impactando diretamente a execução do Compromisso 5, uma vez que a conferência evidenciou a importância de incorporar de forma mais efetiva as vozes sociais na definição de prioridades do governo aberto. Além disso, a V CONAPIR forneceu insumos relevantes que se alinham aos objetivos do compromisso, como a necessidade de ampliar o monitoramento de dados raciais em diferentes áreas de políticas públicas. Esse contexto reforçou a legitimidade da iniciativa e reafirmou a expectativa de maior transparência. O desafio, porém, reside em conciliar o atendimento às novas demandas com o cumprimento das entregas programadas para o segundo semestre, especialmente em um período de intensa atividade institucional próximo ao fechamento do ano.

Fatores Econômicos:
A execução do Compromisso 5 também sofreu impactos de fatores econômicos que limitaram a velocidade de implementação. As restrições orçamentárias enfrentadas por diversos órgãos da administração pública reduziram a disponibilidade de recursos, desviando a priorização para agendas consideradas mais urgentes em outros setores e, assim, postergando indiretamente os avanços previstos no compromisso.

Fatores Políticos:
Durante a execução do Compromisso 5, diversos fatores políticos impactaram diretamente seu andamento. Entre eles, destacam-se as mudanças na gestão e na equipe do MIR, bem como a diversidade de demandas, linhas de ação e programas nos quais a equipe está envolvida.

A realização de conferências nacionais e a criação de novos marcos institucionais de participação social, como o fortalecimento da atuação do MIR no Conanda e a condução de pesquisas pelo MEC voltadas à implementação da Lei 10.639/2003, proporcionaram novas oportunidades de articulação, mas também intensificaram a sobrecarga de agendas.

SUGESTÕES DE ALTERAÇÃO

Sugere-se, para o Compromisso 5, avaliar a possibilidade de consolidar marcos com objetivos semelhantes, como os marcos 3, 7, 8, 9, 14 e 15, em esforços integrados, de modo a permitir maior consistência metodológica, reduzir a sobreposição de atividades e otimizar recursos humanos e financeiros. Recomenda-se também formalizar etapas preliminares de planejamento e alinhamento como entregas intermediárias, bem como definir um cronograma de reuniões, atribuir

responsabilidades específicas a cada ator e estabelecer prazos claros para o início efetivo das atividades, previsto para janeiro de 2026.

Para o marco 4, sugere-se formalizar um cronograma estruturado de apresentação e discussão do modelo junto ao CCGD, de modo a assegurar maior organização e acompanhamento das etapas. Recomenda-se, ainda, integrar esse marco com os marcos 3 e 5, promovendo coerência metodológica, consistência nos dados e eficiência no uso das informações étnico-raciais, fortalecendo a base para decisões mais fundamentadas e articuladas.

No contexto do Marco 10, recomenda-se formalizar um cronograma detalhado para a produção do documento de avaliação, incluindo etapas, responsáveis e prazos. Sugere-se também antecipar reuniões de alinhamento e compartilhamento de dados entre ENAP, MIR e demais atores envolvidos, além de considerar a elaboração de relatórios parciais ou preliminares, permitindo o monitoramento contínuo do progresso antes da entrega final prevista para junho de 2027.

Recomenda-se avaliar a integração do marco 11 em esforços conjuntos com os marcos 10 e 12, buscando otimizar recursos e garantir maior consistência na formação. Além disso, sugere-se formalizar um calendário de capacitações, contemplando etapas piloto e acompanhamento contínuo, assim como antecipar reuniões preparatórias para definição de conteúdo e materiais didáticos.

Para o marco 13, recomenda-se explorar sinergias com marcos relacionados, como o marco 5 (adaptação do portal) e o marco 3 (modelo de referência de dados). Sugere-se também prever uma fase piloto de divulgação e avaliação de engajamento, bem como incluir relatórios periódicos para monitorar resultados e realizar ajustes na estratégia.

Para o marco 19, recomenda-se planejar a conclusão das atividades até abril de 2026 e estruturar um cronograma piloto detalhado com os municípios estratégicos vinculados ao SINAPIR, de modo a garantir execução coordenada, acompanhamento eficaz e resultados consistentes.

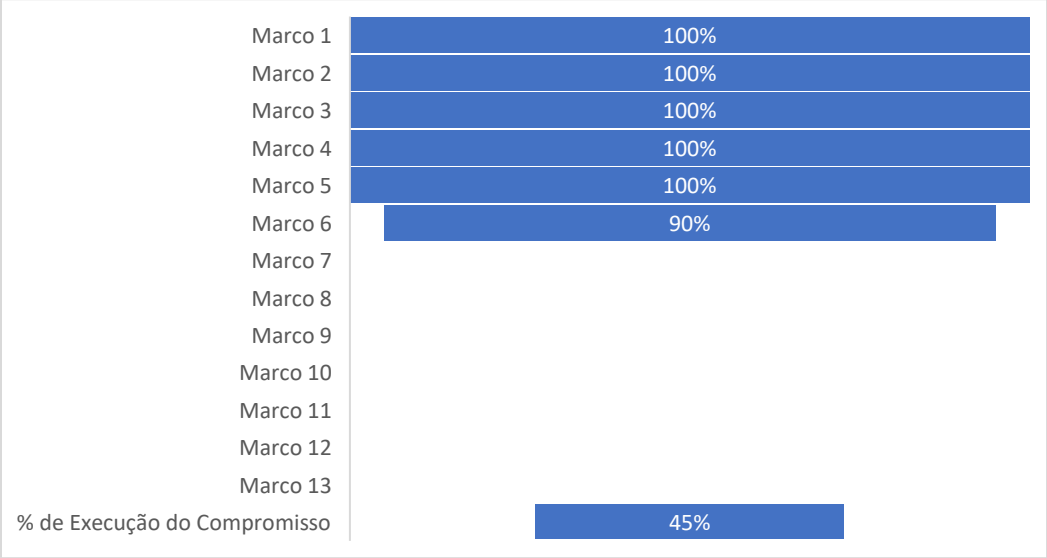
4.6 Compromisso 6: Educação digital e midiática para pessoas idosas

<table>
<tr><th colspan="2">BREVE DESCRIÇÃO</th></tr>
<tr><td colspan="2">Definir, de forma intersetorial e participativa, um referencial curricular para a educação digital e midiática da pessoa idosa, garantindo seu protagonismo, cuja implementação possa ser monitorada e avaliada</td></tr>
<tr><th colspan="2">COORDENADOR DO COMPROMISSO</th></tr>
<tr><td colspan="2">Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – MDHC</td></tr>
<tr><th colspan="2">RESPONSÁVEIS</th></tr>
<tr><td>Governo</td><td>Sociedade Civil</td></tr>
<tr><td>• Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)
• Ministério da Educação (MEC)
• SECOM/Presidência da República (PR)

Outros Poderes:
• Defensoria Pública da União (DPU)</td><td>• Instituto Palavra Aberta
• Instituto Vero
• Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.Br)
• Plataforma Pessoas Idosas com Justiça e Cidadania (PI-BRASIL)
• Safer Net Brasil</td></tr>
<tr><th colspan="2">MARCOS</th></tr>
<tr><td colspan="2">Marco 1 – Criar um grupo de trabalho para coordenar e articular o mapeamento de referências, entidades e iniciativas
Marco 2 – Mapear referências acerca de habilidades para educação digital e midiática, e metodologias para participação efetiva de pessoas idosas
Marco 3 – Mapear entidades e especialistas com expertise e possível interesse em colaborar na criação do currículo
Marco 4 – Criar e publicar um repositório online de materiais sobre educação digital e midiática para pessoas idosas
Marco 5 – Definir metodologia do processo de participação efetiva de pessoas idosas, garantindo diversidade regional, de gênero, raça/etnia, pessoas com deficiência, perfis socioeconômicos e perfis de uso de tecnologia
Marco 6 – Criação de versão preliminar do currículo, garantindo a participação/escuta de pessoas idosas
Marco 7 – Consulta pública da versão preliminar do currículo
Marco 8 – Publicação da versão final do currículo
Marco 9 – Criar um evento/campanha de lançamento do currículo
Marco 10 – Implementar o referencial curricular na política de enfrentamento ao analfabetismo do MEC
Marco 11 – Criar um kit de conteúdos para disseminar o currículo para multiplicadores/as, entidades (governos, setor privado, sociedade civil, movimentos sociais), pessoas idosas, escolas
Marco 12 – Criar um curso de formação para multiplicadores/as, com o objetivo de implementar o currículo e disseminar competências e habilidades com população de pessoas idosas</td></tr>
</table>

Marco 13 – Estabelecer instrumentos/metodologias para avaliação qualitativa e de impacto das ações

STATUS DE EXECUÇÃO



O Compromisso 6 apresenta atualmente um percentual geral de execução de 45%. Os marcos 1, 2, 3, 4 e 5 encontram-se concluídos, consolidando resultados importantes como a criação do grupo de trabalho, o mapeamento de referências e especialistas, a elaboração do repositório online de materiais e a definição da metodologia de participação das pessoas idosas. Apesar de concluídos, os repositórios associados aos marcos 2, 3 e 4 devem permanecer em constante atualização para incorporar novas contribuições e informações relevantes.

O marco 6, que prevê a elaboração do currículo, encontra-se avançado (90%), mas apresenta atraso em relação ao prazo inicialmente estabelecido, devido à dificuldade dos diferentes atores de conciliar suas demandas profissionais com as tarefas de escrita e revisão do documento. Todos os demais marcos (7 a 13) dependem da conclusão do marco 6 para iniciar sua execução, o que torna a finalização do currículo uma etapa estratégica e central para o avanço do compromisso.

SUCESSOS ALCANÇADOS

O Compromisso 6 tem apresentado resultados expressivos e consistentes, especialmente no fortalecimento da articulação interinstitucional e na construção coletiva de bases sólidas para a promoção da educação digital e midiática voltada às pessoas idosas.

O grupo de trabalho, criado no marco 1, encontra-se ativo e em funcionamento, mantendo uma dinâmica constante de comunicação por e-mail, WhatsApp e reuniões de trabalho, o que tem garantido o envolvimento e a continuidade das atividades.

Os marcos 2 e 3 resultaram em importantes avanços para o compromisso, com a realização e conclusão dos mapeamentos de referências, entidades e especialistas voltados à educação digital e midiática para pessoas idosas. Esses resultados

possibilitaram a identificação de metodologias, boas práticas e atores estratégicos com potencial de contribuição execução das ações do compromisso. Embora concluídos, os mapeamentos são entendidos como instrumentos dinâmicos, passíveis de atualização contínua à medida que novas iniciativas, instituições e especialistas sejam identificados.

O Marco 4 resultou na criação e publicação de um repositório online com materiais sobre educação digital e midiática para pessoas idosas, disponível no site da Secretaria de Comunicação da Presidência (SECOM/PR). Esse repositório constitui um importante instrumento de acesso e disseminação de conhecimento, reunindo conteúdos de referência e boas práticas na área.

O Marco 5 foi igualmente concluído, com a definição da metodologia de participação efetiva das pessoas idosas, assegurando a diversidade regional, de gênero, raça/etnia, deficiência, perfis socioeconômicos e de uso de tecnologia. A metodologia foi documentada em um material elaborado coletivamente, que passou por comentários e validações dos participantes do GT e encontra-se publicamente disponível no portal da CGU.

Atualmente, o Marco 6 encontra-se em fase final de execução, com o grupo de trabalho finalizando a versão preliminar do currículo de educação digital e midiática. O documento será encaminhado ao Ministério da Educação (MEC) para avaliação antes de sua submissão à consulta pública, conforme acordado coletivamente pelos integrantes do GT.

PRINCIPAIS DESAFIOS

A execução do Compromisso 6 tem enfrentado alguns desafios que refletem tanto a complexidade do tema quanto as limitações estruturais e institucionais envolvidas.

Um dos principais entraves foi a construção coletiva de um documento a muitas mãos, processo que, embora enriquecedor, mostrou-se desafiador diante das diferenças regionais, das distintas experiências dos participantes e da desigualdade no nível de engajamento entre os membros do grupo.

A falta de estabilidade na composição da equipe e a rotatividade de representantes institucionais também impactaram o andamento das atividades, gerando retrabalho e atrasos. Como o trabalho desenvolvido pela sociedade civil é, em grande parte, por participantes voluntários, observa-se ao longo do tempo um desengajamento gradual, à medida que muitos acabam priorizando outras demandas profissionais, o que compromete o ritmo e a continuidade dos marcos do compromisso.

Outro ponto crítico foi o baixo engajamento de órgãos governamentais estratégicos, como o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), cuja participação é essencial para a efetivação do currículo e das ações previstas.

Além disso, a escassez de recursos orçamentários representou um entrave adicional, impedindo a contratação de profissionais especializados que poderiam ter apoiado a execução de alguns marcos previstos no compromisso. A ausência de orçamento

específico, tem dificultado o cumprimento dos marcos previstos e restringido a execução de ações estruturadas.

A garantia da participação efetiva das pessoas idosas também se apresenta como um dos maiores gargalos metodológicos, exigindo maior mobilização, diversidade e inclusão nas atividades de escuta e consulta. Além disso, os conceitos que fundamentam a educação digital e midiática estão em constante evolução, o que torna desafiadora a harmonização de visões e abordagens dentro do grupo.

Por fim, fatores como sobrecarga de trabalho dos participantes, cumprimento de prazos, baixa adesão da sociedade civil e dependência de marcos interligados têm contribuído para o avanço mais lento do compromisso.

MUDANÇAS NO AMBIENTE CONTEXTUAL

Fatores Sociais:
Nos últimos anos, o contexto social em torno da educação digital e midiática para pessoas idosas tem se transformado de forma significativa. O envolvimento crescente dos Conselhos de Direitos das Pessoas Idosas e a ampla divulgação de pesquisas sobre o impacto da exclusão digital nesse público evidenciam a urgência do letramento digital e midiático como instrumento de cidadania e proteção. Casos recorrentes de golpes e descontos indevidos em aposentadorias reforçaram a relevância do tema e ampliaram sua visibilidade social.

Fatores Econômicos:
A limitação de acesso a equipamentos digitais e computadores por parte das pessoas idosas ainda representa um obstáculo importante à inclusão digital efetiva.

Fatores Políticos:
A tramitação de projetos de lei voltados à educação digital, como o PL 3.167/2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED), contribuiu para reforçar a relevância e a atualidade do compromisso.

SUGESTÕES DE ALTERAÇÃO

Os participantes do compromisso sugeriram algumas alterações e ajustes para aprimorar a execução e o impacto das ações. Uma das principais recomendações foi convidar grupos, projetos e instituições que atuam efetivamente na educação digital e midiática de pessoas idosas para participar de todos os marcos, garantindo maior representatividade e experiência prática nas discussões e construções coletivas. Também foi apontada a necessidade de atualização constante do repositório de recursos, inclusive por meio de mecanismos como chamadas públicas, seguindo exemplos bem-sucedidos, como a iniciativa do STF na biblioteca sobre desinformação.

Outro ponto destacado foi a dificuldade de avaliar o impacto da criação e efetivação do currículo, reconhecendo que essa análise provavelmente não será possível durante o período de execução do 6º Plano de Ação.

Por fim, os participantes sugeriram revisão dos prazos previstos para a conclusão de alguns marcos, em função dos atrasos já observados, de modo a alinhar melhor o cronograma à realidade de execução do grupo.

4.7 Compromisso 7: Melhores serviços para a agricultura familiar

BREVE DESCRIÇÃO
Avaliar, aprimorar e ampliar o acesso aos serviços do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), com o foco nos usuários
COORDENADOR
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)
RESPONSÁVEIS

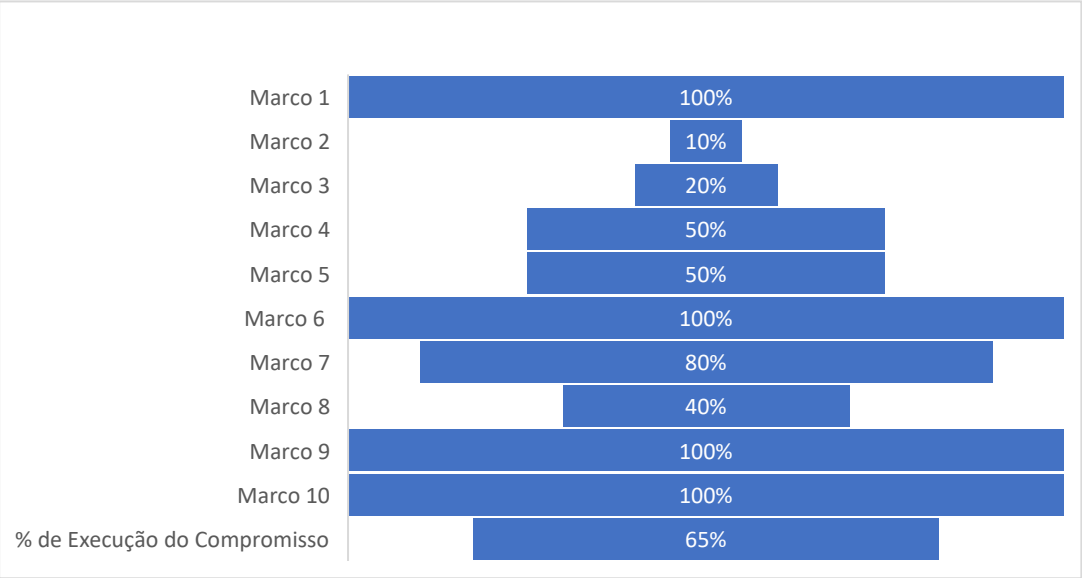
Governo	**Sociedade Civil**
• Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) • Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) • Controladoria-Geral da União (CGU) • Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) • Escola Nacional de Administração Pública (Enap	• Observatório Brasileiro de Políticas Públicas (UFMG) • Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA) • Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) • Associação Brasileira de Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa e Regularização Fundiária (Asbraer) • Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa do Setor Público Agrícola do Brasil (Faser/ Rede EMATER) • Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (CONTRAF) • Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)/ Confederação Nacional de Agricultura (CNA)

MARCOS

Marco 1 – Avaliação inicial dos serviços de forma participativa
Marco 2 – Novo(s) ciclo(s) de avaliação(ões)
Marco 3 – Elaboração do Plano de Monitoramento e Avaliação
Marco 4 – Realização de diagnóstico (pesquisa com usuários e análise heurística) e eventual redesenho do sistema do CAF por meio de parceria com o LABQ do MGI
Marco 5 – Aprimoramento da comunicação na carta de serviços
Marco 6 – Integração de dados com:
• BCNPJ e BCPF
• DATAPREV
• CONECTA.GOV
• CEP
Marco 7 – Plano de capacitação para colaboradores e usuários de serviços (CAF), considerando especificidades

Marco 8 – Acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações
Marco 9 – Aprimoramento do CAF (CAF 3.0)
Marco 10 – Integração de todos os serviços do MDA à API de avaliação de satisfação dos usuários

STATUS DE EXECUÇÃO



A análise do progresso do Compromisso 7, considerando a execução percentual dos marcos e suas previsões de conclusão, revela vários aspectos importantes.

Primeiramente, a visão geral da execução indica que o percentual médio de execução do compromisso é de 65%, com os Marcos 1, 6, 9 e 10 já concluídos.

Entretanto, há marcos com avanço limitado que merecem atenção. O Marco 2 apresenta apenas 10% de execução e o Marco 3 está com 20%. Ambos os marcos sofreram impactos negativos devido ao corte no orçamento do MDA, o que afetou o cronograma das atividades. Além disso, a ENAP só possui disponibilidade de agenda para iniciar as oficinas em 2026, resultando em um atraso significativo na implementação.

O Marco 8, por sua vez, está com 40% de execução. Originalmente, estavam previstos dois ciclos de avaliação, um para dezembro de 2025 e outro para dezembro de 2027. No entanto, como este marco depende da execução dos marcos 2 e 3, foi necessário alterar as datas previstas e realizar apenas um ciclo de avaliação.

Por fim, os marcos com execução moderada incluem o Marco 4 e o Marco 5, ambos com 50% de execução. Esses marcos estão em progresso equilibrado, mas ainda requerem esforços adicionais para garantir sua conclusão dentro das datas previstas, que são dezembro de 2025 e março de 2026, respectivamente.

O Marco 7 está mais avançado, com 80% de execução e previsão de conclusão para dezembro de 2026.

SUCESSOS ALCANÇADOS
O Compromisso 7 do 6º Plano de Ação de Governo Aberto vem alcançando avanços significativos na avaliação e aprimoramento do serviço público do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) do MDA, que é a porta de entrada para acesso a outras ações e programas oferecidos pelo Ministério. No âmbito do Marco 1, foi concluída a Jornada do Usuário do serviço do CAF, permitindo uma avaliação inicial participativa dos serviços. Além disso, será formalizado o Termo de Execução Descentralizada (TED) entre o MDA e a Enap, com o objetivo de implementar o processo de Teoria de Mudança no CAF. Essa iniciativa visa desenvolver uma metodologia que fortaleça o alinhamento estratégico, o monitoramento e a avaliação das ações, previstas nos Marcos 2 e 3. Em relação ao Marco 4, voltado à realização de diagnóstico e redesenho do sistema CAF, o LabQ/MGI enviou o plano de trabalho e cronograma de execução, além de iniciar a análise heurística e de acessibilidade dos fluxos de uso do sistema CAF 3.0. A equipe do LabQ já teve acesso ao sistema e está em andamento a etapa de avaliação técnica para propor melhorias. No Marco 5, que trata do aprimoramento da comunicação na carta de serviços, foram conduzidas reuniões individuais com os editores responsáveis pelos serviços do portal GOV.BR, com foco na melhoria da linguagem e na clareza das informações. As atualizações foram encaminhadas para validação pelas unidades gestoras de cada serviço, garantindo maior precisão e acessibilidade para os cidadãos. O Marco 6 trouxe outro resultado expressivo, a integração do Sistema CAF 3.0 às bases de dados: BCNPJ, BCPF, DATAPREV, CONECTA.GOV e CEP, fortalecendo a interoperabilidade e a eficiência do sistema. No que se refere ao Marco 7, voltado à capacitação de colaboradores e usuários, foi estruturado um plano de formações regulares sobre o sistema CAF até o final do ano. Em 2025, já foram realizadas treze turmas do curso assíncrono “Introdução ao Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF 3.0)”, disponibilizado na plataforma da Escola Nacional de Gestão Agropecuária (Enagro), ampliando o alcance e o conhecimento sobre o novo sistema. Quanto ao acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações, Marco 8, ainda que dependa do avanço do Marco 2, já houve uma apresentação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para a equipe do CAF e da Ouvidoria do MDA sobre as recomendações da Jornada do Usuário. Por fim, destacam-se dois resultados de grande impacto: o lançamento do novo sistema CAF 3.0, Marco 9, e a integração dos serviços do MDA à API de avaliação de satisfação dos usuários, prevista no Marco 10. Essa integração já foi concluída para os serviços digitais disponíveis, até a presente data, no portal GOV.BR.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Apesar dos avanços alcançados, a execução do Compromisso 7 vem enfrentando alguns desafios e limitações que impactam o ritmo e a efetividade das entregas previstas. Esses obstáculos refletem tanto questões estruturais quanto dificuldades operacionais e de articulação entre os órgãos e organizações envolvidos.

No Marco 1, um dos principais desafios diz respeito à incerteza sobre a continuidade e aplicação da metodologia utilizada na *Jornada do Usuário* para a avaliação de novos serviços. A complexidade do método, somada à transição de gestão na Ouvidoria-Geral da União (OGU/CGU), gera dúvidas quanto à sua adoção futura, o que pode comprometer a padronização e a comparabilidade das avaliações participativas previstas no compromisso. No entanto, o trabalho realizado pode servir de base para o desenvolvimento de nova metodologia para avaliação dos serviços públicos oferecidos pelo MDA.

Outro gargalo relevante foi o atraso na efetivação do TED entre o MDA e a Enap. Como a Enap é um ator central na execução dos marcos 2 e 3, voltados ao desenvolvimento da Teoria de Mudança e ao monitoramento e avaliação das ações, o atraso na formalização do TED repercutiu diretamente na programação das atividades subsequentes, retardando o andamento geral do compromisso.

Além disso, o corte orçamentário no MDA representou certo entrave na execução do Marco 2, resultando no atraso do início das oficinas a serem ministradas pela Enap.

A incompatibilidade de agendas entre os órgãos parceiros, especialmente para o início das oficinas conduzidas pela Enap, tem dificultado o planejamento conjunto e o cumprimento dos prazos estabelecidos. Essa dificuldade de conciliação reflete a complexidade da governança interinstitucional do compromisso, que envolve múltiplos atores com demandas e calendários distintos.

Outro ponto a ser destacado refere-se à execução do marco 5. A necessidade de realização de diversas reuniões de alinhamento entre a Ouvidoria e os editores de serviço lotados nas áreas finalísticas do MDA, para aprimoramento da comunicação na carta de serviços, impactou o cumprimento do prazo inicialmente estabelecido.

Por fim, se observa o baixo envolvimento de alguns parceiros da sociedade civil e do governo na execução dos marcos do compromisso.

MUDANÇAS NO AMBIENTE CONTEXTUAL

Fatores Sociais:
Nenhuma mudança identificada

Fatores Econômicos:
O corte no orçamento do MDA impactou o atraso da execução das ações previstas no compromisso, conforme apresentado anteriormente.

Fatores Políticos:

O contexto do compromisso foi influenciado por mudanças políticas, incluindo a substituição da equipe responsável pela Coordenação e a sobrecarga de trabalho, fatores que impactaram a continuidade das ações e a capacidade de coordenação entre os atores envolvidos.

SUGESTÕES DE ALTERAÇÃO

Os participantes do compromisso sugeriram as seguintes alterações e ajustes para aprimorar a execução e o impacto das ações:

- Marco 1: Alterar a redação do marco para "Avaliação inicial do serviço do CAF de forma participativa". Justifica-se essa escolha em virtude de o CAF constituir-se como serviço inicial para acesso a qualquer outro serviço do MDA;

- Marco 5: Alterar a redação do marco para “Aprimoramento da comunicação na carta de serviços do MDA”;

- Marco 7: Alterar o nome do marco para "Curso de capacitação para colaboradores e usuários do serviço CAF" e o resultado esperado para "Lançamento do curso de capacitação assíncrono Introdução ao Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF 3.0)";

- Validação de todos os atores responsáveis pela execução dos marcos, de modo a garantir maior comprometimento, alinhamento e viabilidade na implementação das ações previstas.

4.8 Compromisso 8: Participação social e educação popular nos territórios

BREVE DESCRIÇÃO
Estabelecer uma rede colaborativa de formação de agentes territoriais para potencializar a participação social com educação popular, digital e midiática, promovendo territórios saudáveis e sustentáveis.
COORDENADOR
Secretaria Nacional de Participação Social – SNPS/SG-PR
RESPONSÁVEIS

Governo	**Sociedade Civil**
• Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – APSD/MGI • Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – SFDT/ MDA • Ministério da Saúde (Secretaria de Informação e Saúde Digital) – SEIDIGI/ MS • Ministério da Saúde (Secretaria Executiva/ Departamento da Gestão Interfederativa e Participativa) – SE/MS • Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Secretaria Nacional de Assistência Social) – SNAS/MDS	• ABONG • Angola Comunicação • Coalizão Direitos na Rede • Escola Nacional de Formação da CONTAG – ENFOC • Escola Nacional Paulo Freire • Instituto Palavra Aberta • Nossas • Rede Brasileira de Orçamento Participativo – OIDP

MARCOS

Marco 1 – Mapear e integrar/articular as políticas públicas de agentes territoriais para esta agenda

Marco 2 – Mapear entidades que atuam na promoção e defesa de direitos e no assessoramento das políticas públicas como forma de identificação territorial para promoção da participação social

Marco 3 – Definir/mapear os territórios saudáveis/sustentáveis

Marco 4 – Mapear movimentos e práticas de educação popular nos territórios

Marco 5 – Articular os movimentos sociais, sindicais e populares para as ações do Plano de Ação de Governo Aberto

Marco 6 – Articular rede aberta e colaborativa para formação de agentes territoriais

Marco 7 – Realizar encontros com organizações, instituições e movimentos sociais que atuam com educação popular

Marco 8 – Elaborar diretrizes e propor ações comuns para formação de agentes territoriais com educação popular, digital e midiática

Marco 9 – Promover formações em educação e letramento crítico, midiático e digital em territórios

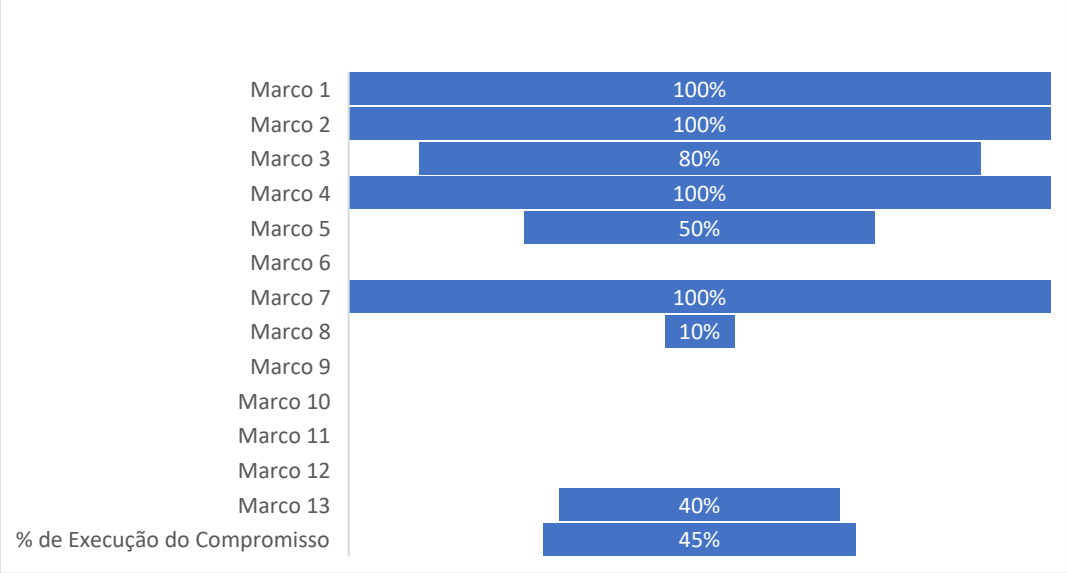
Marco 10 – Realizar processos formativos de participação popular com fortalecimento da democracia em territórios

Marco 11 – Construir campanha de comunicação que reforce processos de participação popular já existentes

Marco 12 – Construir um mutirão nacional com participação e mobilização social

Marco 13 – Monitorar e acompanhar as ações implantadas

STATUS DE EXECUÇÃO



Após dois anos de execução, o Compromisso 8 apresenta resultados positivos e avanços importantes, ainda que alguns desafios tenham exigido ajustes no cronograma.

Até o momento, o compromisso registra um percentual médio de execução de 44,6%, com destaque para os Marcos 1, 2, 4 e 7, que já foram integralmente concluídos, representando um avanço consistente no cumprimento das metas previstas.

O Marco 3 segue em andamento, já com 80% das atividades concluídas, caminhando para sua entrega final. A sua execução foi impactada pela complexidade do tema abordado pelo marco, que precisou envolver diversas secretarias do ministério, e ainda, temporariamente, por mudanças pontuais na equipe do Ministério da Saúde, o que exigiu reorganização interna e revisão das etapas seguintes.

O Marco 5 apresenta 50% de execução, com previsão de conclusão para junho de 2027, demonstrando avanço consistente e alinhamento com o cronograma de médio prazo do compromisso. Ele traz a principal entrega relacionada ao compromisso até o momento, que é a articulação de mais de 1000 movimentos

sociais, organizações que atuam com educação popular e organizações da sociedade civil para debater temas relacionados à Participação Social.

Os Marcos 8 e 13 seguem em conformidade com o cronograma estabelecido, apresentando níveis de execução compatíveis com o período atual do plano. O marco 8 foi recentemente iniciado com a divulgação do Marco de Referência da Educação Popular nas Políticas Pùblicas, e o marco 13 refere-se ao monitoramento do compromisso, acompanhando, portanto, o seu cumprimento.

O Marco 6, com execução programada para o período de abril 2025 a agosto de 202, ainda não foi iniciado, pois trata da articulação de políticas de agentes de ação territorializada, mas parte significativa destas políticas só entrou em execução no curso deste ano.

Da mesma forma, os Marcos 9, 10, 11 e 12 ainda não foram iniciados, mas seguem dentro do prazo estabelecido, conforme o cronograma geral do compromisso.

O andamento do Compromisso 8 demonstra progresso consistente nas etapas já iniciadas e aderência ao cronograma para as próximas fases.

SUCESSOS ALCANÇADOS

Durante a execução do Compromisso 8 do 6º Plano de Ação de Governo Aberto, foram realizadas diversas atividades incluindo levantamentos, articulações, reuniões, encontros, seminários e oficinas que promoveram espaços de diálogo e troca de experiências sobre a importância da participação social e da educação popular como fundamentos estruturantes das políticas públicas. Essas ações contribuíram para o fortalecimento da gestão compartilhada, a inclusão de sujeitos historicamente excluídos do ciclo das políticas públicas e a valorização do protagonismo popular.

Observou-se um avanço significativo no mapeamento de atores e nas possibilidades de articulação de uma rede colaborativa para formação de agentes territoriais, com foco em potencializar a participação social e integrar a educação popular, digital e midiática. A constituição desta rede tem grande potencial para promover territórios mais saudáveis e sustentáveis em todo o país.

As ações implementadas no contexto do compromisso, favoreceram processos de articulação e diálogo sobre a noção de território, contribuindo para a compreensão coletiva de seus aspectos relacionados à importância da Participação Social nas políticas públicas.

No que se refere ao marco 1, foi concluído o mapeamento consolidado referente à identificação de políticas públicas voltadas para ações formativas e territoriais, permitindo maior articulação entre as diferentes iniciativas existentes.

Realizou-se, no âmbito do marco 2, o mapeamento de entidades que atuam na promoção e defesa de direitos e no assessoramento de políticas públicas, com o objetivo de fortalecer a identificação territorial e ampliar a participação social. Em dezembro de 2024, o mapeamento foi atualizado, ampliando a cobertura de 17,2% para 37,7% dos municípios brasileiros, representando um avanço de aproximadamente 20 pontos percentuais.

Em relação ao marco 3, cujo objetivo é definir e mapear territórios saudáveis e sustentáveis, o Ministério da Saúde contratou pesquisadores para elaborar um documento técnico com análise e síntese de evidências científicas. O estudo, estruturado em revisão de escopo, análise conceitual e georreferenciamento de indicadores, considerou determinantes de saúde, condições socioeconômicas, acesso a serviços, sustentabilidade ambiental e participação comunitária. O mapeamento georreferenciado integrou indicadores como mortalidade infantil, cobertura da Atenção Primária à Saúde, desmatamento na Amazônia Legal, unidades de conservação e territórios indígenas, quilombolas e rurais, permitindo a visualização estratégica de padrões críticos. Os resultados foram apresentados em abril de 2024 e serão debatidos com as secretarias finalísticas para subsidiar políticas públicas intersetoriais.

O marco 4 foi concluído com êxito, com a realização do mapeamento dos movimentos e práticas de educação popular em saúde nos territórios, conforme previsto no planejamento.

Em relação ao marco 5, as ações encontram-se em andamento. Até o momento, foram articulados 1.112 movimentos sociais distribuídos nas 27 unidades da Federação, organizados nos Fóruns de Participação Social. Essa articulação envolve movimentos sociais, redes de educadores populares e outros atores dos diversos campos da participação social, fortalecendo o diálogo e a mobilização em torno das políticas públicas de participação social.

Referente ao marco 7 foram realizados cinco Seminários Regionais de Participação Social com Educação Popular, abrangendo todas as regiões do país. Os encontros atenderam às metas estabelecidas e contaram com ampla participação de organizações, instituições e movimentos sociais, sobretudo daquelas mapeadas no contexto do Marco 4, fortalecendo o diálogo e a cooperação intersetorial.

O marco 13 que trata do Monitoramento e Transparência das Ações encontra-se em andamento. Além das reuniões trimestrais, o grupo de monitoramento vem sendo atualizado por meio de um grupo de comunicação instantânea sobre os avanços dos marcos do compromisso, garantindo o acompanhamento dos avanços. As entregas formais previstas serão disponibilizadas em transparência ativa, e a execução das atividades segue o cronograma estabelecido para o período de vigência do plano.

PRINCIPAIS DESAFIOS

O Compromisso tem em si um conjunto de complexidades que exigiram a revisão dos prazos estipulados para o cumprimento dos marcos. Um deles, como já descrito anteriormente, foi o tempo necessário para que fossem implementadas as políticas formativas e territorializadas, previstas no levantamento do marco 1. A maioria dos marcos de articulação e de formação relacionados a este público só se tornam possíveis a partir da consolidação destas políticas.

Outro desafio é a complexidade dos marcos, como abordado anteriormente no marco 3, mas que se repete no contexto dos marcos 5 e 6, que não foram propriamente estimadas quando da elaboração do compromisso, algo muito difícil de ser feito à época, antes mesmo da aprovação das peças orçamentárias.

Cada um destes marcos exige múltiplas articulações para o desenvolvimento de estratégias, programas e políticas. Esse cenário demanda tempo e uma gestão com habilidades para atuar de forma intra e intersetorial. Embora tais articulações sejam desafiadoras, elas também se mostram enriquecedoras, permitindo a construção de conhecimento a partir da diversidade de perspectivas, como bem exemplificam os avanços do Marco 5. A escuta realizada junto a diferentes organizações, movimentos, secretarias e departamentos evidenciou a riqueza da participação social, demonstrando a multiplicidade de identidades, concepções e demandas de cada setor.

Outro ponto identificado é que a condução do compromisso está fortemente centralizada nas ações lideradas pela administração pública, em especial na equipe da Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS/SG-PR), limitando a visibilidade e o acompanhamento das atividades do compromisso.

MUDANÇAS NO AMBIENTE CONTEXTUAL

Fatores Sociais:
O início da implementação das políticas formativas e territoriais que começou a se dar nos diferentes ministérios, sobretudo no curso de 2025, que amplia muito a capacidade de articulação do compromisso. Este processo, contudo, ocorre um pouco depois do esperado, o que demandou a revisão dos prazos dos marcos de articulação destes atores.

Outro fator de impacto relevante foi a inclusão de toda a Estratégia Nacional de Participação Social no Open Gov Challenge Awards. O fato de a estratégia, que possui muitos fatores em diálogo com o compromisso – Como os Fóruns de Participação Social e a relação com os Conselhos Nacionais -, ter sido premiada em

duas categorias impulsiona a agenda interna e externamente na administração e na sociedade, o que aumenta a capacidade de incidência do compromisso.

Fatores Econômicos:
Nenhuma mudança identificada

Fatores Políticos:
Nenhuma mudança identificada

SUGESTÕES DE ALTERAÇÃO

O Compromisso 8 apresenta uma estrutura consistente e bem delineada em seus objetivos e ações. No entanto, observa-se a necessidade de aprimorar os fluxos de comunicação e articulação/interação com o grupo de trabalho, visando ampliar o compartilhamento de informações e a participação nas discussões sobre as ações.

A adoção de estratégias mais regulares de diálogo e acompanhamento contínuo pode contribuir para maior integração entre os participantes e melhor condução das atividades previstas.